Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON

Ano X - Nº 32 - Abril a Junho de 2019

ECONOMISTAS

Política Monetária: economistas analisam o cenário no Brasil

O custo elevado da Política Monetária e a pobreza do debate sobre inflação no Brasil
Alexsandro Sousa Brito
Thiago Melo Antoniolli
Rodrigo Gustavo de Souza

Autonomia do Banco Central
Carlos Eduardo de Freitas
Cláudio Jaloretto

Política monetária, governança e bem-estar
Roberto Luis Troster

www.cofecon.gov.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Wellington Leonardo da Silva

VICE-PRESIDENTE
Antonio Corrêa de Lacerda

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Melki Júnior
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
Júlio Miragaya
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maurílio Procópio Gomes
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Brasil Corrêa de Melo
Paulo Dantas da Costa
Sérgio Guimarães Hardy
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTES
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Eduardo Reis Araújo
Henri Wolf Bejzman
Nei Jorge Correia Cardim
Paulo Roberto de Jesus
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Evaldo Silva
Marcelo Pereira Fernandes
Ricardo Valério Costa Menezes
Wilson Roberto Villas Boas Antunes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Róridan Penido Duarte
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha
João Bosco Ferraz de Oliveira
Paulo Salvatore Ponzini
Luiz Antonio Rubin

CONSELHO EDITORIAL
Wellington Leonardo da Silva (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo José Monteiro da Costa
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Luiz Carlos Delorme Prado
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Waldir Pereira Gomes

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
Lauro Chaves Neto
Luiz Antonio Rubin
Wellington Leonardo da Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Natália Kenupp – Assessora de Imprensa
Manoel Castanho – Jornalista
Júlio Poloni – Jornalista
imprensa@cofecon.gov.br

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Lume Comunicação Eireli

IMPRESSÃO
Forte Gráfica e Editora LtdaME

TIRAGEM
10.000 exemplares
ISSN 2446-9297

SUMÁRIO

NOTA DO COFECON: NOTA SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NACIONAL 4

NOTA DO COFECON SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL 6

PELA PRESERVAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2020 7

O CUSTO ELEVADO DA POLÍTICA MONETÁRIA E A POBREZA DO DEBATE SOBRE INFLAÇÃO NO BRASIL
Alexsandro Sousa Brito, Thiago Melo Antoniolli e Rodrigo Gustavo de Souza 8

POLÍTICA MONETÁRIA, GOVERNANÇA E BEM-ESTAR
Roberto Luis Troster 14

AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL
Carlos Eduardo de Freitas e Cláudio Jaloretto 20

AFINAL, O GOVERNO TEM RESTRIÇÃO FINANCEIRA?
Fernando de Aquino Fonseca Neto 26

ENCONTRO DE FUNCIONÁRIOS DEFINE ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
Manoel Castanho e Natália Kenupp 30

XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA - ESTUDANTES E PROFISSIONAIS SE PREPARAM PARA ENCONTRO EM FLORIANÓPOLIS | *Natália Kenupp* 34

SISTEMA COFECON/CORECONS SE APROXIMA DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO | *Júlio Poloni* 38

DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA TEVE RECORDE DE PARTICIPAÇÃO | *Júlio Poloni* 40

A FENECO CRESCE | *Anderson Avelino Oliveira Sousa* 43

ECONOMIA BRASILEIRA: CRISE E ESTAGNAÇÃO | *Lauro Chaves Neto* .. 44

XXXIV CONGRESSO DA ANGE 46

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
PRESIDENTE

EDITORIAL

Nesta edição, que trata de Política Monetária, temos as contribuições dos Economistas Alexsandro Sousa Brito, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Thiago Melo Antoniolli, doutorando em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF); e Rodrigo Gustavo de Souza, professor do Departamento de Economia da UFMA, os quais produziram o instigante artigo denominado "O custo elevado da Política Monetária e a pobreza do debate sobre inflação no Brasil". Nele são analisados os mecanismos de gestão da política monetária e de seu custo fiscal, o Regime de Metas de Inflação e a falta de preocupação do Bacen com metas de crescimento do PIB e o ônus social decorrente de nossa política monetária.

No artigo intitulado "Autonomia do Banco Central", escrito pelos Economistas Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central; e Cláudio Jaloretto, ex-chefe de Departamento do Banco Central, são abordadas em detalhes questões acerca da independência do Banco Central e a necessidade de coordenação da política fiscal com a política monetária.

O Economista Roberto Troster, que foi economista chefe da Febraban e da ABBC, nos presenteia com artigo versando sobre "Política monetária, governança e bem-estar". No texto, defende a tese segundo a qual os objetivos da política monetária deveriam ser os mesmos da política econômica.

O Conselheiro Federal Fernando de Aquino contribuiu com artigo no qual faz análise sobre o debate provocado pelo Economista André Lara Resende na série de artigos publicados no jornal Valor Econômico com o título "Afinal, o governo tem restrição financeira?".

Também publicamos neste número e recomendo a leitura das três últimas notas do COFECON, aprovadas por ocasião da 690ª Sessão Plenária Ordinária. Elas versam sobre a necessidade da preservação do Censo Demográfico 2020; Previdência Social; e sobre a situação socioeconômica nacional.

Nestes tempos sombrios, o Brasil é alvo de chacota e críticas de vários líderes internacionais reunidos no G20, em razão das imprudências do atual ocupante do cargo de Presidente da República e de vários de seus ministros, cujas consequências são, dentre outras, a perda de mercado para as exportações brasileiras e o isolamento internacional. Neste cenário, é cada vez mais importante que os Economistas e toda a sociedade brasileira discutam e se informem sobre política econômica e suas nuances.

Boa leitura!

NOTA SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA NACIONAL

Pelo sexto ano consecutivo a economia brasileira deverá apresentar crescimento pífio, entremeada por dois anos de queda do PIB. Desde 2014 não há crescimento em nível suficiente para absorver o enorme contingente desempregado e os novos indivíduos que ingressam no mercado de trabalho. A taxa de desemprego, consequentemente, vem batendo sucessivos recordes.

As expectativas para o desempenho econômico deste ano pioram a cada mês, situando-se já entre 0,66% no primeiro trimestre e 1,2 % no segundo. A euforia que tomou conta do mercado financeiro na virada do ano vai se esvaindo: de 100,4 mil pontos alcançados em 19 de março, o Ibovespa fechou com 97,5 mil pontos em 30 de maio; o dólar comercial, cotado a R$ 3,65 em 31 de janeiro, subiu para R$3,97 em 30 de maio, após ter atingido R$ 4,10 dez dias antes.

A euforia que tomou conta do mercado financeiro na virada do ano vai se esvaindo.

O reflexo da paralisia econômica que o país vive se manifesta de forma mais dramática no assombroso número de 18,2 milhões de trabalhadores em desemprego aberto ou por desalento no primeiro trimestre de 2019, nada menos que 1,5 milhão acima do registrado em dezembro de 2018. Preocupa também a aceleração da inflação, que esteve sob controle em 2017 (2,95%) e 2018 (3,75%), mas que nos quatro primeiros meses do ano apresenta uma taxa anualizada de 4,94%. Ainda mais grave foi a alta no custo da cesta básica nos 12 últimos meses, variando de 17,39% em Brasília a 20,25% em Goiânia, passando por 18,42% em Salvador.

É evidente que, para a retomada do desenvolvimento econômico, torna-se imprescindível um mínimo de estabilidade político-institucional. Porém os frequentes choques entre o Executivo e o Congresso Nacional e o Poder Judiciário vão exatamente na contramão dessa condição. Outra premissa fundamental para alicerçar o crescimento econômico é a manutenção, e mesmo a ampliação, dos investimentos públicos e privados.

A piora dos indicadores sociais tem sido acompanhada pelo aumento da concentração da renda e da riqueza e pelo aumento da violência, atingindo, sobretudo, segmentos mais vulneráveis da população.

Mas, segundo o portal do governo brasileiro na internet (brasil.gov.br), desde 2011 os diferentes governos têm ido na direção oposta, operando corte sobre corte, o que tem gerado um ciclo negativo, inibindo o investimento privado, o que por sua vez deprime a atividade econômica, fazendo cair ainda mais a arrecadação. Este tem sido o caso da Educação – que apresenta avaliações sofríveis em todos os indicadores comparativos internacionais - com os anunciados cortes e contingenciamentos na área, comprometendo o necessário avanço nos baixos indicadores, decisivos para o futuro da nação. Tais cortes geraram recentes protestos de centenas de milhares de professores e estudantes em todo o País.

Os frequentes choques entre o Executivo e o Congresso Nacional e o Poder Judiciário vão exatamente na contramão de estabilidade político-institucional.

A situação econômica, social e política do país é grave. A piora dos indicadores sociais tem sido acompanhada pelo aumento da concentração da renda e da riqueza e pelo aumento da violência urbana e no campo, atingindo, sobretudo, segmentos mais vulneráveis da população, como os jovens (notadamente os negros); as populações indígenas e quilombolas; a população LGBT; e as mulheres, vítimas de feminicídios.

Merecem também atenção a Política Ambiental, que tem passado por evidente regressão, e a Política Externa, marcada pela submissão dos interesses nacionais aos dos EUA, com evidentes prejuízos à soberania, à economia nacional e à imagem do país.

Em suma, a estagnação da economia brasileira tem imposto enorme sacrifício à sociedade e é urgente a reversão desse quadro. Por essa razão, o **tema do próximo Congresso Brasileiro de Economia (23º CBE)**, que ocorrerá em outubro, em Florianópolis, será **"Alternativas para a Retomada do Desenvolvimento Econômico"**.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

NOTA DO COFECON SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Conselho Federal de Economia entende que a Previdência Social, dada a evolução demográfica do Brasil e o seu enorme impacto na economia nacional e na condição de vida de milhões de brasileiros, deve ser objeto de correções. Tal reforma, contudo, não pode imputar prejuízos à população mais pobre e vulnerável, como os trabalhadores rurais, beneficiários do Benefício da Prestação Continuada (BPC), pensionistas e aposentados por invalidez, sob risco de desmontar o sistema de seguridade social implantado em 1988. Deve-se lembrar que 83% dos benefícios concedidos são de até dois salários-mínimos.

A reforma que o Cofecon defende começa pela necessária redução de gastos com a Previdência Social com segmentos privilegiados, como os militares e grande parte dos servidores dos poderes Judiciário, Legislativo e mesmo do Executivo, assim como a cobrança de cerca de R$ 400 bilhões referentes aos grandes devedores da Previdência.

Entendemos que uma proposta para efetivamente mitigar o problema de financiamento da Previdência Social deveria contemplar a identificação de novas fontes, como a ampliação da tributação sobre a população mais rica, sobretudo com tributos de grande capacidade arrecadatória, como a reinstituição do imposto sobre lucros e dividendos distribuídos. De acordo com simulações realizadas pelo IPEA, apenas esse imposto poderia arrecadar – sem alíquotas confiscatórias – os valores pretendidos pela proposta do Governo. Ao contrário da tendência internacional, mantemos um sistema tributário regressivo, com os 10% mais ricos pagando 21% de sua renda e os 10% mais pobres, 32% (Oxfam, 2017).

A proposta de reforma da previdência é condição necessária, porém não suficiente para a retomada do crescimento econômico

Por fim, ao contrário do que alguns setores argumentam, a aprovação da proposta de reforma da previdência é condição necessária, porém não suficiente para a retomada do crescimento econômico. Sua aprovação pode gerar euforia no mercado, levar a uma valorização dos ativos financeiros, mas não garante a geração de empregos, porque a capacidade ociosa que persiste na maioria dos setores decorre essencialmente da reduzida demanda efetiva. O mesmo se dizia da reforma trabalhista quando foi promulgada há dois anos, que geraria milhões de novos empregos, mas o que se tem hoje é o oposto.

O Cofecon recomenda que o governo implemente políticas específicas para a geração de empregos e renda.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PELA PRESERVAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2020

A lógica do corte e contingenciamento de gastos, que tem norteado a ação da equipe econômica do governo, atingiu fortemente os recursos para a realização do Censo Demográfico de 2020, realizado pelo IBGE, que sofreram uma redução da ordem de 40%. Tal corte compromete a qualidade das informações sobre a realidade socioeconômica do país e coloca em risco análises de natureza socioeconômica nos próximos dez anos.

Deve-se destacar que as informações coletadas pelo Censo junto aos 210 milhões de brasileiros são cruciais não apenas para o planejamento governamental, mas também para o setor privado e as instituições de ensino e pesquisa. Por exemplo, as informações sobre o contingente populacional de cada município, apuradas pelo Censo, são indispensáveis para possíveis correções na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para a elaboração de políticas educacionais e de saúde, para a geração de emprego e renda e redução das desigualdades.

As informações coletadas pelo Censo são cruciais não apenas para o planejamento governamental, mas também para o setor privado e as instituições de ensino e pesquisa.

Deve-se ressaltar, ainda, que as fortes restrições impostas pelo governo federal às atividades do IBGE têm se repetido em várias unidades da federação, com substantivos cortes orçamentários e, ainda pior, com o fechamento de instituições de planejamento, pesquisa e estatística, como ocorrido na Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul.

O Censo contribui de forma decisiva para a promoção de melhores condições de vida para a so-ciedade brasileira.

O Censo contribui de forma decisiva para a promoção de melhores condições de vida para a so-ciedade brasileira. Por se tratar de uma pesquisa tão fundamental para o planejamento e execução das políticas públicas, o Cofecon se posiciona contrário ao corte de recursos que possam com-prometer sua qualidade.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

O CUSTO ELEVADO DA POLÍTICA MONETÁRIA E A POBREZA DO DEBATE SOBRE INFLAÇÃO NO BRASIL

Por Alexsandro Sousa Brito
Thiago Melo Antoniolli
Rodrigo Gustavo de Souza

Embora ainda muito recente, a condução da política monetária do atual governo parece não diferir significativamente do que vem se consolidando nos últimos dois anos. O consenso estabelecido de que há um processo gradual de recuperação da atividade econômica ainda permanece, embora haja o reconhecimento de que, no último trimestre, esse processo tenha sido interrompido pelo provável recuo do PIB (com queda de 0,68%), o que vem suscitando revisões significativas nas projeções para o crescimento do PIB brasileiro em 2019.

O provável recuo do PIB no primeiro trimestre vem suscitando revisões significativas nas projeções para o crescimento do PIB brasileiro em 2019.

O entendimento do Banco Central é que os óbices sobre a atividade econômica, como o deste último trimestre, decorrem dos choques sofridos em 2018, cujos efeitos persistem, com defasagens, apesar de extinguidos os impactos imediatos desses choques. A crença de que, apesar dos óbices, ainda estamos num processo gradual de recuperação econômica, parece partir do balanço de risco simétrico do BC, da convicção que, pelo menos desde 2017, a taxa de juros encontra-se em terreno estimulativo (com taxas de juros reais ex-ante menor que a taxa estrutural) para atividade econômica e de que as expectativas de inflação encontram-se ancoradas, bem como do fato de que as estimativas da taxa até 2020 são adequadas aos objetivos da meta de inflação.

Se, por um lado, temos no período recente juros e inflação em patamares históricos, por outro, as taxas de juros vigentes vieram de patamares elevados e aí se mantiveram por longo período, o que postergou os efeitos deletérios dessa política. Provavelmente por isso, estamos num quadro paradoxal de taxa de juros estimulativa e inflação baixa, com desemprego alto e crescimento baixo.

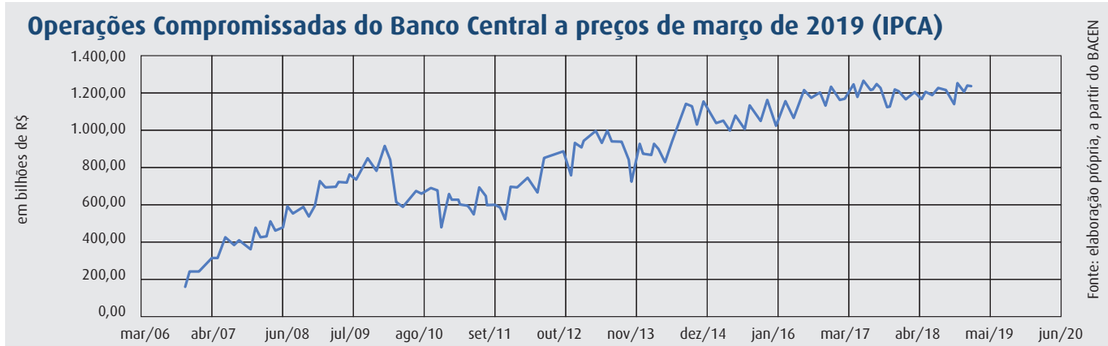
O custo da gestão da liquidez e o patamar da inflação

Contudo, a política monetária vigente traz custos não desprezíveis. Há, pelo menos, dois aspectos importantes a se considerar: o primeiro se refere ao custo significativo da gestão de liquidez por meio das operações compromissadas (operação em que o Banco Central – BC, vende ou compra títulos públicos com o compromisso de recomprá-los ou revendê-los;). No final de 2006, essas operações representavam 3,2% do PIB; em março de 2019, chegaram a 18%! Nesse período esse tipo de operação cresceu, em termos reais, mais de 8 vezes! Apenas entre fevereiro e março desse ano, houve aumento de cerca de 3% no volume dessas operações.

O que causa relativo espanto é que quando observamos a experiência internacional, constatamos que o Brasil é o único país a usar, de maneira significativa, deste instrumento para gestão da liquidez. A escolha por este instrumento não é ausente de consequências. O primeiro impacto desse modelo de gestão da política monetária é o custo fiscal. Essas operações representam, hoje, mais de 20% da dívida bruta do governo. Portanto, parte importante do endividamento brasileiro tem origem no custo monetário da gestão de liquidez feita pelo Banco Central, através dessas operações compromissadas.

O Brasil é o único país a usar, de maneira significativa, da gestão de liquidez por meio das operações compromissadas.

Outro importante impacto é sobre o crédito. Como os recursos são alocados no BC, que os remunera diariamente, há um enxugamento do nível de liquidez que encarece o crédito, dificultando a atividade da indústria e comércio no tocante a financiamento e empréstimos.



[1]ALEXSANDRO SOUSA BRITO
Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (DECON/UFMA).

[2]THIAGO MELO ANTONIOLLI
Doutorando em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF).

[3]RODRIGO GUSTAVO DE SOUZA
Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (DECON/UFMA).

1

2

3

O segundo aspecto diz respeito ao Regime de Metas de Inflação (RMI) e à discussão quanto ao patamar adequado do nível de preços. Embora esta discussão tenha "desaparecido" atualmente, dado os níveis adequados do IPCA e da "ancoragem" das expectativas, é importante destacar que o RMI imprime um custo elevado à atividade econômica.

Um dos problemas é que o RMI "criou" um estado de "pânico" generalizado, no passado recente, junto aos agentes econômicos e à grande mídia, todas as vezes que a inflação "desprendia-se" do chamado centro da meta. Um rápido olhar para trás mostra-nos que desde a implementação do RMI, raríssimas vezes a inflação efetiva ultrapassou o chamado limite superior da meta. Além disso, já tivemos, como é do conhecimento do público especializado, metas bem mais altas com limite superior na casa dos 8% e 10%, bem como, já chegamos a ultrapassar o centro da meta em mais de 8%, quando o RMI exigia uma tolerância de apenas 2%, como foi o caso em 2002, e nem por isso o "mundo acabou", a economia entrou em recessão, o desemprego aumentou ou qualquer coisa parecida.

O RMI, classificado por Bernanke (1999) como uma discrição restringida, limita a ação da autoridade monetária ao determinar seu objetivo e instrumento de atuação. A política monetária é formalizada numa regra de Taylor (1993), que em sua equação apresenta o nível da taxa de juros corrente em função da taxa de inflação e do produto agregado. Não obstante, a equação original de Taylor, publicada em 1993, atribuía peso maior para o nível de preços em relação ao hiato do produto; nos últimos anos, num contexto de baixas taxas de crescimento do produto e da inflação, emerge a discussão se não se deveria dar mais ênfase ao nível do produto agregado, ou seja, adotar de fato um duplo mandato para a política monetária.

A política monetária fica amarrada ao comportamento do IPCA, que, por sua vez, toma a forma de termômetro da atividade econômica.

No Brasil, no entanto, não parece ser preocupação do BC a imposição de uma meta para o crescimento do produto – mesmo diante do baixo crescimento apresentado pela economia brasileira. Isso fica evidente a partir do resultado da última reunião do COPOM, que apesar das sucessivas reduções na previsão de crescimento da economia e do possível resultado negativo (-0,68%) no primeiro trimestre, reluta em reduzir a taxa básica de juros. Nesse contexto, a política monetária fica amarrada ao comportamento do IPCA, que, por sua vez, toma a forma de termômetro da atividade econômica. Contudo, tem-se reconhecido nos últimos anos a incapacidade dos índices de preços em serem bons indicadores do ambiente econômico ou sequer da estabilidade econômica (objetivo precípuo do RMI), uma vez que não captam diversas nuances como, por exemplo, o nível de alavancagem dos agentes ou a valorização de ativos. Logo, ao tomar isoladamente o IPCA (ou, mais precisamente, as expectativas sobre o comportamento futuro do IPCA) como indicador para a política monetária, o BC reduz sua capacidade de análise e do reconhecimento das reais necessidades da atual conjuntura da economia brasileira.

Tem-se reconhecido a incapacidade dos índices de preços em serem bons indicadores do ambiente econômico ou sequer da estabilidade econômica.

O debate sobre a inflação no Brasil passou a ser uma discussão sobre métrica, sobre o núcleo e seus limites, superior e inferior, passando-se a considerar alta a inflação efetiva que ultrapassa o centro da meta. Uma conclusão contestável, uma vez que assim não se consideram os impactos da inflação e suas causas. Deveríamos, portanto, discutir a partir de que patamar o impacto sobre o produto torna-se negativo.

A inflação pode ocorrer por diversas causas: desequilíbrios estruturais entre a oferta e a demanda ligados à constituição de serviços públicos não vendáveis ou de investimentos, que implicam em uma distribuição imediata e significativa de renda, sem que haja um aumento concomitante da oferta de bens e serviços, ou que estes aconteçam com grande defasagem; mudança da estrutura de custos, dado o conflito político de repartição da renda entre capital e trabalho ou em função de alta inesperada dos custos de produção que torna a oferta menos lucrativa e reduz o volume ofertado; ou pela redução do nível de concorrência nos mercados, que faz as empresas repassarem custos diretamente ao consumidor sem proverem outras alternativa de redução de custos; choque de oferta ou por choques de demanda; conflito distributivo; e muitas outras, a depender da especificidade de cada economia.

A questão de se saber as fontes que desencadeiam a inflação está ligada à capacidade da política econômica de suprimir o próprio desequilíbrio e não apenas torná-lo latente, combatendo apenas o sintoma do desequilíbrio, de inquirir sobre as relações de força que governam os ajustes de preços dos bens e serviços que afetam a vida de todos nós. Se a inflação tem causas diversas, é coerente admitir a necessidade de discricionariedade na condução da política monetária. Não se pode tratar sempre do mesmo modo fenômenos que, por natureza, são suscetíveis a mudanças contínuas, como são os fenômenos sociais. E, só para lembrar, os fenômenos econômicos são fenômenos sociais! E a inflação, ao longo da história, tem apresentado distintas fontes dinâmicas que, nem sempre se enquadram nas hipóteses do RMI.

Se a inflação tem causas diversas, é coerente admitir a necessidade de discricionariedade na condução da política monetária.

Para o RMI, a inflação é invariavelmente um resultado de choques de demanda, a taxa de juros é sempre a variável que controla a demanda agregada e as variações na taxa de câmbio são efeitos colaterais do processo. No entanto, essas hipóteses só se sustentam, como mostrado pela literatura especializada, se alguns pressupostos forem válidos: se o hiato do produto afetar a inflação de forma sistemática; se os choques inflacionários tiverem persistência total; se o produto potencial for sempre independente do produto corrente; e se os choques de custos forem aleatórios.

Assim, a inflação que o RMI espera combater não é produzida por qualquer desequilíbrio de preço, mas é específica de desequilíbrio de demanda. Bom, mas o caso brasileiro é assim? A inflação brasileira dos últimos anos tem apresentado essas características? Alguns estudos mostram que não há correlação entre desemprego e inflação no Brasil; que os choques inflacionários recentes não têm persistência total sobre a inflação; que a tendência

do produto é totalmente correlacionada com a evolução do produto corrente; e que os choque de oferta não são aleatórios: há preços administrados que impuseram peso considerável sobre o nível do IPCA; há contratos atrelados ao IGP, que são afetados quando há variação do câmbio, que por sua vez está fortemente correlacionado com a taxa de juros, não sendo, portanto, um efeito colateral; além disso, as commodities cresceram desde o final dos anos 90, impondo crescimento dos preços de bens importados, embora no final da década dos anos dois mil os preços tenham começado a cair; além disso, o salário real teve elevação significativa com a política de recomposição do poder de compra, o que impactou, também, a estrutura de custos.

Reconheceu-se, de maneira tardia, que o problema da inflação no Brasil não era necessariamente de demanda, bem como que a inflação era "segurada" pelo câmbio e não exatamente pela taxa de juros. Aliás, mesmo que o fosse, qual seria a garantia que os preços recuariam? Provavelmente, o impacto mais significativo dos juros se deu sobre o nível de atividade do que sobre os preços.

O problema da inflação no Brasil não era necessariamente de demanda.

Por último, para além da métrica do debate sobre inflação, é preciso considerar qual o patamar em que a inflação efetiva degrada a eficiência produtiva da economia brasileira. Essa questão não se resolve evitando que a inflação ultrapasse o núcleo da meta. As experiências históricas das economias modernas indicam que os países suportaram taxas de inflação de 5% a 20% ao ano sem comprometer sua eficiência produtiva. Trabalhos como o do professor Robert Barro (1996), proeminente economista defensor do livre mercado, sugerem que a inflação moderada, de 10% a 20%, tem um baixo impacto negativo sobre o crescimento econômico e que até próximo de 10% a inflação não tem nenhum efeito. Além dele, outro Economista, M. Sarel (1996), estimou que até próximo de 8% a inflação causa apenas um pequeno impacto no crescimento e que a relação é positiva abaixo desse nível, ou seja, abaixo desse nível a inflação ajuda, ao invés de atrapalhar o crescimento. Há outros estudos que elevam o nível de quebra sobre o produto para o patamar de 20% e até mesmo 40% ao ano, como é o caso dos estudos de M. Bruno e W. Easterly (1996).

É preciso considerar qual o patamar em que a inflação efetiva degrada a eficiência produtiva da economia brasileira.

Essas questões são importantes porque qualificam o que podemos chamar de inflação alta. Uma inflação alta não está, necessariamente, relacionada com sua distância do centro da meta de inflação, mas com o ponto de quebra a partir do qual começa a afetar negativamente o produto. Além desse aspecto, é preciso considerar que o patamar deve estar associado historicamente à estrutura econômica de cada país. Considerando os últimos 20 anos, a inflação brasileira média tem sido de 6,35%, o que sugere que a economia brasileira "roda" historicamente, no que diz respeito as últimas duas décadas, a uma taxa em torno dos 6% ao ano. Se lembrarmos que esse era aproximadamente o limite superior da meta de 4,5%, definida desde 2005, não há como deixar de concluir que o regime de metas estabelece, a priori, um patamar desconectado com os níveis históricos médios de inflação da economia brasileira! Ora, a própria literatura sobre os desenhos de metas de inflação, ao sugerir que a meta deva ser estabelecida como um ponto, um intervalo ou um ponto com bandas de tolerância, já sinaliza para que a meta de inflação deve estar associada à experiência de cada país.

Uma inflação alta não está, necessariamente, relacionada com sua distância do centro da meta de inflação, mas com o ponto de quebra a partir do qual começa a afetar negativamente o produto.

Numa leitura conservadora, podemos dizer que países com experiências de altas taxas de inflação não podem convergir rapidamente para um patamar de meta muito baixo; metas mais elevadas, ou com bandas de tolerância ou constituídas de intervalos, são mecanismos para atenuar o ônus social em decorrência de políticas monetárias mais austeras na condução da inflação para meta, que deve estar associada às especificidades de cada país. Parece-nos que esta etapa do desenho da política de metas de inflação foi esquecida, restando apenas uma perspectiva ultraconservadora quanto à inflação!

A pobreza do debate sobre a inflação no Brasil não se resume apenas ao discurso da métrica, ou à postura conservadora que considerava a inflação no Brasil algo fora do controle, sem perquirir as razões históricas, a natureza do contexto de inflação e os reais impactos sobre a economia; reside também na incapacidade do debate de sopesar os efeitos políticos das decisões da política monetária, não apenas quanto à imagem da autoridade monetária ou da influência política sobre a condução da política monetária, mas, sobretudo quanto aos efeitos que essa política produz sobre as correlações de forças dentro do bloco de poder hegemônico no Estado.

A política monetária tem um impacto muito maior que a variação das estatísticas dos agregados macroeconômicos.

É preciso ter clareza que a política monetária está sujeita a pressões decorrentes das estratégicas e interesses de poderosos stakeholders que são diretamente afetados pela orientação dessa política. Portanto, não se pode perder de vista que a política monetária tem um impacto muito maior que a variação das estatísticas dos agregados macroeconômicos. Seus efeitos reverberam sobre a vida, e se a luta pela estabilidade monetária não está a serviço da vida, da redução da pobreza e da desigualdade, estará a serviço do quê?

Referências e indicações para a leitura

- BARRO, R. Inflation and growth. Review of Federal Reserve Bank of St Louis, vol. 78, nr.3, 1996.
- BERNANKE, B. S.; LAUBACH, T.; MISHKIN, F. S.; POSEN, A. S. Inflation Targeting: lessons for international experience. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- M.BRUNO. Does inflation really lower growth? Finance and Development, vol. 32, 1995.
- M.BRUNO e W.EASTERLY. Inflation and growth: in search of a stable relationship. Review of Federal Reserve Bank of St Louis, vol. 78, nr. 3, 1996.
- SAREL, M. Non-linear effects of inflation on economic growth. IMF Staff Papers, vol. 43, 1996.
- TAYLOR, J. B. Discretion vs Policy Rules in Practice. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy 39, p. 195-214. North-Holland Publising Company, 1993.

POLÍTICA MONETÁRIA, GOVERNANÇA E BEM-ESTAR

Por Roberto Luis Troster[1]

Todos os meses, centenas de relatórios, tabelas, pesquisas, artigos, apresentações e entrevistas sobre a política monetária no Brasil são divulgados. Analistas, acadêmicos, jornalistas e cidadãos dissecam esse vasto material para avaliar sua dinâmica. Entretanto, o resultado é limitado, não por falha dos diagnósticos, mas em razão de que as perguntas mais importantes não são feitas. Ilustrando o ponto, há um debate intenso sobre se o COPOM deveria ou não reduzir a taxa em 0,25%, mas fica de fora qual é o papel da política monetária no desenvolvimento do Brasil.

[1]ROBERTO LUIS TROSTER

Sócio da Troster & Associados, bacharel e doutor em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e pós-graduado em banking pela Stonier School of Banking. Foi economista chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e da USP e consultor de empresas, governos e instituições financeiras no Brasil e no exterior, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A política monetária pode fazer mais do que está fazendo. Atualmente, o debate está Copomizado. Está focada nas reuniões do Copom que determinam a SELIC (uma taxa interbancária de um dia). As decisões são tomadas em um processo em grande estilo com comunicados, atas e relatórios que detalham seus fundamentos, boletins com as expectativas do mercado, modelos econométricos que dão suporte, encontros regulares com economistas, uma equipe qualificada que analisa minuciosamente todos os fatores que influenciam e é acompanhado extensivamente pela imprensa.

É importante. Todavia, não é a única variável, nem é a que mais atrapalha o desenvolvimento do país. As distorções no tratamento do que é ou não relevante são enormes. Além do controle da inflação, há outros aspectos valiosos que devem ser considerados, como o papel do crédito no crescimento e na inclusão, o controle da volatilidade cambial, os custos de rolagem da dívida pública e do carregamento das reservas internacionais e a indexação de ativos e passivos para citar alguns.

Além do controle da inflação, há outros aspectos valiosos que devem ser considerados entre aqueles que atrapalham o desenvolvimento do país.

O momento exige uma reflexão do porquê e do como da política monetária. Seus objetivos deveriam ser os mesmos da política econômica, que são quatro, chamados de "interesse público" ou de "bem-estar": i. Equidade, ii. Eficiência, iii. Estabilidade e iv. Sustentabilidade. O primeiro se refere à igualdade de direitos, à imparcialidade e à inclusão e ao emprego; o segundo, à uma alocação de recursos sem desperdícios que induza a um crescimento elevado e sustentado; o terceiro, à estabilidade de preços e de atividade; e o quarto, à sustentabilidade econômica. Para atingi-los, o governo usa os instrumentos disponíveis, como regulação, alocação de recursos e tributação.

Em algumas ocasiões, apesar de o anúncio do objetivo ser de interesse público, na realidade é para proveito de poucos; o objetivo é de "interesse privado", como conseguir benefício próprio ou ceder às pressões de grupos influentes. Em outras oportunidades, o desempenho fica aquém do potencial por uma concepção equivocada do uso dos instrumentos disponíveis ou por má governança.

A contribuição do sistema financeiro brasileiro pode ser analisada com muitas métricas. É um quadro com contrastes em que os destaques positivos são a solvência, uma rede abrangente e um sistema de pagamentos sofisticado. Entretanto, indicadores da intermediação de eficiência, equidade, estabilidade e sustentabilidade apontam que é disfuncional.

O calcanhar de Aquiles do sistema financeiro brasileiro é o crédito. É volátil e caro. As margens de crédito no Brasil estão entre as mais altas do mundo. Nos levantamentos feitos, o Brasil sempre aparece entre os mais onerosos do planeta. É agravado porque os prazos são muito curtos. Há uma circularidade no argumento, prazos curtos também explicam custos, inadimplência e taxas altas. O sistema de intermediação não é eficiente. Enquanto a taxa Selic, centro das atenções, está em 6,50%, há taxas para pessoa jurídica que são cinqüenta vezes maiores e para pessoa física que são mais de cem vezes superiores. A relação crédito/PIB está na metade do seu potencial.

As margens de crédito no Brasil o colocam entre os mais onerosos do planeta.

Não é equitativo. A inadimplência está no patamar

Mais de 5 milhões de empresas (metade do total) e de 62 milhões de cidadãos (dois quintos do total) têm anotações de atrasos.

mais alto da história. Mais de cinco milhões de empresas (metade do total) e de sessenta e dois milhões de cidadãos (dois quintos do total) têm anotações de atrasos. Têm sua inserção econômica dificultada. O sistema não é nem estável nem sustentável. A linha com o maior volume de concessões de crédito, tanto para pessoa física como para a jurídica, é o cheque especial que tem uma taxa média anual superior a 300% e prazo inferior a um mês. É disfuncional e não promove o bem-estar como poderia. Ajustes na governança poderiam aumentar a contribuição do setor ao país.

Um sistema de intermediação financeira tem como requisito uma(s) instituição(ções) que cumpra as funções de promover eficiência, equidade, estabilidade e sustentabilidade. A organização e as funções variam de país a país e ao longo do tempo, em razão do ambiente institucional, velocidade de adaptação a mudanças e no entendimento de seu papel na economia. Num primeiro momento na história e no debate acadêmico a responsabilidade era de bancos comerciais privados, ou de suas associações; aos poucos essas atividades foram migrando para instituições com propósitos específicos.

Cada caso é um caso. No Brasil, o papel é cumprido principalmente pelo Banco Central, mas também pelo CMN – Conselho Monetário Nacional, pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, pelo FGC – Fundo Garantidor de Crédito, por associações de instituições financeiras e por órgãos de defesa do consumidor. Com sobreposições e indefinições de competências e, conseqüentemente com uma gestão menos eficaz e perdas dissipadas de eficiência, equidade, estabilidade e sustentabilidade.

As atribuições não são definidas claramente, há sobreposições em alguns casos e omissões em outros (até porque alguns problemas não são reconhecidos como tal rapidamente). Uma atuação competente e sintonizada para alcançar os quatro objetivos tem como resultado um bem-estar maior para todos, uma sinergia de esforços dentro do governo e uma transparência maior para a sociedade de sua contribuição ao país; mas pressupõe uma governança adequada.

Há sobreposições nas atribuições no sistema de intermediação financeira em alguns casos e omissões em outros.

O quadro institucional é basicamente o mesmo há meio século e foi uma adaptação ao Brasil do Glass Stegal Act norte americano de 1933 que segmentava o sistema financeiro em estanques. O Banco Central focava na atividade bancária stricto senso; a CVM –

Há uma sobreposição e concentração das competências reguladoras, supervisoras e gestoras entre instituições com perdas de transparência, foco e eficiência que pode e deve ser corrigida.

Comissão de Valores Mobiliários (espelho da SEC – Securities Exchange Comission) no mercado de capitais e assim por diante. Agravando o quadro, as instituições têm sua estrutura mais voltada para o funcionamento interno do que para sua função na economia. Ilustrando o ponto, o Banco Central do Brasil possui oito diretorias: Administração, Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Fiscalização, Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Política Monetária, Regulação, Relacionamento Institucional e Cidadania (atendimento ao cidadão).

A missão do Banco Central é: "Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente." Não inclui equidade, estabilidade e sustentabilidade. Como destacado acima, é eficiente em sistema de pagamentos, mas não de intermediação. A CVM tem como objetivo o funcionamento eficiente dos mercados de valores mobiliários, que quando foi criada tinha quase nenhuma sobreposição com o mercado bancário. Mas não é mais o caso. Dessa forma, a mesma função é feita por duas instituições simultaneamente. Resumindo, no Brasil, há uma sobreposição e concentração das competências reguladoras, supervisoras e gestoras entre instituições com perdas de transparência, foco e eficiência que pode e deve ser corrigida. O desejado seria uma segregação das funções com um mandato específico para os objetivos, tais como estabilidade monetária e outros.

À semelhança do regime de metas de inflação, dever-se-ia adotar as metas de cada um dos objetivos de política econômica:

I. Metas de eficiência da intermediação: com objetivo de baixar o custo do crédito. Exigiria um plano de ação consistente com o objetivo, em especial na redução de custos da intermediação.

II. Metas de equidade: com metas de bancarização de acesso, de uso e de adimplência.

III. Metas de estabilidade: a questão da solvência está bem encaminhada e a monetária já está estruturada; o foco seria na estabilidade da oferta de crédito, com prazos mais longos e menos sujeita a choques de liquidez. Incluiria metas de estabilidade da taxa de câmbio também.

IV. Metas de sustentabilidade: focaria em parâmetros de sustentabilidade das dívidas privadas.

Melhorar a indústria é possível e viável. Para tanto, o fundamental é mudar o paradigma vigente, de uma intermediação num ambiente instável, portanto, onde o importante era a solidez, a rentabilidade e o curto prazo, para outro, adequado aos tempos atuais, onde além de sólido e rentável, é necessário foco no longo prazo, e em sua função social: inclusão bancária, estabilidade da oferta de crédito, sustentabilidade, inovação e globalização. É possível e é viável.

Os espaços para aprimoramentos no sistema bancário brasileiro, tanto da parte do governo, como do setor privado são difusos. Para tanto, é peremptório uma fixação de metas, prazos e responsabilidades. Essas definições apontam para onde o sistema tem que ir, indicariam que medidas têm que ser adotadas e seus impactos.

Note-se que essas metas podem e devem ser fruto de ações tanto do setor público como do privado. O monitoramento pode ser feito por ambos, bem como por instituições não envolvidas, como a imprensa, instituições de pesquisa e outros. Cada meta deveria ter (pelo menos) uma instituição responsável para alcançá-la. O ideal seria fazer uma reforma no estilo da FSA – Financial Services Authority, do Reino Unido, que promoveu uma fusão de órgãos regulatórios e supervisores e deu-lhes um mandato específico.

Aqui no Brasil, há a sobreposição das estruturas prudenciais e regulatórias da CVM, da Susep e do BACEN que deveriam ser analisadas. Entretanto, as responsabilidades podem ser compartilhadas na estrutura atual por todas as instituições envolvidas com o monitoramento das metas, o desenho de medidas e as ações para sua implantação.

Uma sugestão para o Banco Central do Brasil é manter o número de diretorias em oito, das quais quatro focadas para o escopo do BC e quatro de apoio. As quatro diretorias sintonizadas com os objetivos seriam: I - Estabilidade Monetária (política monetária), II - Estabilidade Bancária e Financeira, III. Equidade, e IV - Eficiência da Intermediação. As quatro de apoio seriam: V - Regulação, VI – Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, VII - Administração e Relacionamento Institucional e Cidadania, e VIII – Fiscalização.

Outras medidas para melhorar a governança poderia ser aumentar a representatividade do CMN – Conselho Monetário Nacional, incluindo participantes do sistema financeiro e de outros setores empresariais no CMN, conforme sua concepção original. Contribuindo com uma normatização mais legítima e focada do órgão. Uma contribuição importante para melhorar a governança, seria a independência do Banco Central do Brasil, imunizando-o das pressões e tentações políticas conjunturais, permitindo que seus integrantes posterguem a popularidade imediata em troca de benefícios duradouros.

Há críticos que afirmam que a autonomia do Banco Central implica uma perda da soberania e independência do governo, sem explicitar a que tipo de soberania e independência se refere. Convém lembrar que a soberania (e independência) ordinariamente se refere tanto à proteção dos interesses do país como de seu soberano (daí o nome), implicitamente assumindo que ambos se confundem. Na prática isso não acontece porque os interesses imediatos (leia-se popularidade) e pressões do governante se contrapõem aos interesses duradouros da sociedade. Ou seja, se por um lado a autonomia do Banco Central restringe a independência do Executivo e do Legislativo, por outro aumenta a soberania da população com mais bem-estar.

Os interesses imediatos (popularidade) e pressões do governante se contrapõem aos interesses da sociedade.

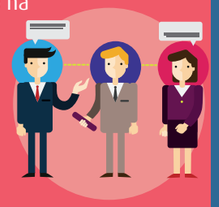
Falta ao país uma política bancária que trate do custo do crédito, da cunha tributária, da transparência, da proteção ao consumidor bancário, do direcionamento de recursos, do desempenho dos bancos públicos, da estabilidade da oferta, dos compulsórios, do processo de precificação, da concorrência, do financiamento de longo prazo, do microcrédito, da bancarização, do uso da tecnologia, do ônus regulatório, dos financiamentos de longo prazo, do papel de bancos menores, da liquidez, de protocolos de tratamento dos inadimplentes, dos custos de observância, enfim, de todos os demais fatores e da taxa Selic.

O setor não pode ficar refém do vai e vem das circunstâncias, o momento pede uma modernização institucional. Uma melhor governança pode contribuir para uma política monetária que propicie mais bem-estar ao país. Uma intermediação financeira eficiente e estável interessa ao país. O crédito é a ponte entre o presente e o futuro e necessita de uma política consistente que alinhe interesses privados com sociais, que proporcione mais lucros e mais legítimos para os bancos e mais desenvolvimento para o país. Não são objetivos incompatíveis, pelo contrário. É possível, há uma janela de oportunidade que tem que ser usufruída.

I. A diretoria de **estabilidade monetária** teria como responsabilidade as metas de inflação. São metas já definidas no âmbito do poder executivo e bem executadas pelo BC. A proposta é que o planejamento, a execução da política monetária, a avaliação dos mecanismos de transmissão e sua divulgação ficariam sob esta diretoria.

II - A diretoria de **estabilidade bancária e financeira** estaria ligada à questão prudencial: a supervisão bancária, gerenciamento de riscos e a aplicação de Basiléia III, licenciamento, restrições bancárias - diversificação, liquidez, divulgação de informações, transparência etc. Teria como objetivo a solidez do sistema e sua meta seria um índice composto de solvência. Também teria como objetivo imunizar a economia contrachoques externos. Suas metas seriam índices de vulnerabilidade.

III – A diretoria de **equidade** cuidaria da inclusão e do acesso ao crédito responsável. Os pequenos tomadores têm menos relacionamentos bancários e são menos sofisticados financeiramente - necessitam de uma proteção específica do governo. Diferente de outros países, as ações para o pequeno tomador são mínimas. Exige-se certificação para orientar aplicações de grandes investidores, mas não há parâmetros para orientar a concessão criteriosa de crédito, tributa-se mais a quem paga mais juros (em vez de menos), não há ações contra juros abusivos, os levantamentos estatísticos são superficiais.



IV - A diretoria **de eficiência da intermediação** teria um papel fundamental. Sua função principal seria desenvolver a estrutura financeira de forma a promover um fluxo eficiente de recursos a todos os setores econômicos, ou seja, seria a de promover a expansão do crédito e a bancarização. Ocupar-se-ia das questões bancárias stricto sensu, bem como acompanharia outros entraves à intermediação como a tributação e questões institucionais. Teria metas de margem (spread) e metas de bancarização – acesso e uso - para aferir seu desempenho.

AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Por Carlos Eduardo de Freitas
e Cláudio Jaloretto.

I. Colocação do problema.

O Banco Central, como banqueiro do estado, é responsável por regular a emissão do passivo financeiro não oneroso do soberano, que é a moeda. O instrumento do Banco Central para exercer essa função reguladora é a taxa de juros[1].

Contudo, se o estado emitir moeda sem outras limitações, em algum momento o instrumento de controle perderá eficácia. O poder do banqueiro do estado de neutralizar a emissão exagerada de moeda, portanto, é limitado e requer coordenação da política fiscal com a política monetária, mais do que separação.

A questão é que a coordenação das políticas monetária e fiscal, cuja administração é adjudicada a departamentos diferentes do governo, pode ser desvirtuada e evoluir para subserviência a diretrizes tecnicamente equivocadas emanadas da Presidência da República. A autonomia formal do Banco Central surge como forma de contornar esse risco.

A necessidade de que o banqueiro do estado seja independente em suas ações não mais se discute hoje em dia. É assunto pacificado no main stream do pensamento econômico. O debate gira em torno da conveniência de formalizar em lei essa independência, considerando a rigidez que ela pode ensejar na administração da política macroeconômica.

[1]Importante notar que o Banco Central controla a taxa de juros sobre as reservas bancárias e não a quantidade de reservas bancárias (André Lara Resende, "A superstição do déficit", Valor, 18/04/2019).

CARLOS EDUARDO DE FREITAS.
Economista. Foi Diretor do Banco Central.

CLÁUDIO JALORETTO.
Foi Chefe de Departamento do Banco Central.

Se o estado emitir moeda sem outras limitações, em algum momento o instrumento de controle perderá eficácia.

II. A emissão primária de moeda.

A emissão monetária no Brasil é processada por intermédio de um conjunto de operações no seio das relações financeiras do Banco Central com o Tesouro Nacional. Hoje, o Banco Central financia o Tesouro, embora formalmente isto seja proibido. De um lado porque, até a edição da Lei 13.820, de 3/5/2019, quando registrasse lucro, mesmo que apenas contábil, creditava os valores à Conta Única do Tesouro consignada no seu passivo, como se fossem disponibilidades genuínas aptas a cobrir despesas. Quando tinha prejuízo, o Tesouro entregava títulos da dívida mobiliária para compor a carteira do Banco Central, ou seja, o Banco Central financiava o Tesouro para que o Governo lhe reembolsasse os prejuízos decorrentes das operações relativas ao cumprimento de suas funções.

Hoje, o Banco Central financia o Tesouro, embora formalmente isto seja proibido.

A nova lei alterou esse mecanismo, mas não evitou o financiamento, apenas o tornou mais sofisticado, seja pelo mecanismo de recomposição do patrimônio líquido do Banco Central quando este se situar abaixo de 1,5% do Ativo, seja ao prever a emissão de títulos para a carteira da Autarquia sempre que o total da carteira livre para negociação atingir o piso de 4% da carteira total do Banco Central[2]. Dito de forma mais direta, o controlador toma financiamento do seu banco para integralizar o capital do próprio banco. O lucro, excluído o decorrente de ganhos contábeis com valorização das reservas internacionais ou com operações de derivativos cambiais, continua sendo creditado à Conta Única.

Além disso, o saldo da Conta Única é remunerado a uma taxa equivalente à taxa de juros básica. Essa remuneração nada mais é do que uma antecipação do resultado do Banco Central, pois a União é sua controladora e única acionista. Assim, o saldo da Conta Única – atualmente de R$ 1,2 trilhão ou 17% do PIB – é composto de um mix de recursos, uma parte genuína e outra proveniente de financiamento do Banco Central, quer dizer, emissão monetária. Dada a fungibilidade do dinheiro, não se pode distinguir a composição do saldo num dado instante de tempo em termos de categoria econômica dos recursos.

[2]As notas explicativas do Balanço do Banco Central quando houve recomposição da carteira indicam que a contrapartida é o crédito na rubrica Patrimônio do Patrimônio Líquido. Ou seja, o Banco Central concede um crédito ao Tesouro que é usado para subscrever o capital do Banco.

A partir dessa base contábil de recursos acumulada ao longo do tempo, cuja composição não é explicitada, o Tesouro pode realizar despesas acima das receitas. Para financiar o déficit a primeira opção seria, em princípio, emitir títulos de dívida mobiliária. Dependendo das condições de mercado, o Tesouro eventualmente teria que aceitar juros mais elevados e/ou prazos mais curtos. Acolhidas tais condições mais onerosas, o mercado pode vir a absorver volume de títulos acima de sua capacidade de carregamento e, em algum momento, o sistema como um todo se encontrará curto de liquidez. Para sustentar a taxa de juros básica vigente (taxa Selic) o Banco Central fornecerá liquidez via operações compromissadas de compra ao sistema financeiro a essa mesma taxa Selic, que certamente será inferior à rentabilidade da dívida mobiliária anteriormente emitida. Em resumo, o Banco Central financia a compra de títulos da dívida pública, inclusive proporcionando ganhos ao mercado. Indiretamente financiou o Tesouro.

O Banco Central financia a compra de títulos da dívida pública, inclusive proporcionando ganhos ao mercado.

Se, de outra parte, houver uma concentração de vencimentos da dívida mobiliária cujo refinanciamento pudesse trazer pressões sobre os juros e os prazos da dívida, o Tesouro, atento às suas diretrizes operacionais, talvez preferisse monetizar uma parte ou a totalidade dos vencimentos. O efeito dessa decisão seria deprimir a taxa Selic. Nesse caso, o Banco Central entraria vendendo, a prazos mais curtos e com cláusula de recompra, títulos da dívida mobiliária de sua carteira própria, representada por papéis anteriormente recebidos a título de ressarcimento de prejuízos operacionais ou de recomposição de sua carteira de títulos livres, com a contrapartida de créditos a seu Patrimônio Líquido. Financia, portanto, o giro da dívida do estado.

Teoricamente, os dois casos acima poderiam ser classificados como administração da liquidez. Porém, administração de liquidez não geraria em princípio operações compromissadas no montante de 18% do PIB, ou 37% da dívida mobiliária do Tesouro em mercado. Pelos volumes envolvidos, provavelmente seria sinal de encurtamento de prazos em consequência de dificuldades de financiamento do governo. Não apenas estratégias de gestão da liquidez.

Há um mecanismo paralelo ao anterior que configura financiamento ao Tesouro utilizando a Conta Única: em tempos de bonança, ou de excesso de liquidez no mercado, o Tesouro pode colocar títulos acima das suas reais necessidades de financiamento, formando um "colchão de liquidez", depositado na Conta Única e remunerado. Quando o ciclo se inverte, o Tesouro pode não aceitar os prazos e taxas requeridos pelo mercado e preferir monetizar os títulos vincendos, utilizando seu "colchão de liquidez" e levando o Banco Central a vender títulos de sua carteira com compromisso de recompra. Dito de outra forma e desconsiderando descasamentos de prazos e de remunerações entre o depósito na Conta Única e o custo do título da dívida mobiliária, tudo se passa como se o Banco Central financiasse o custo da construção do "colchão de liquidez".

Além de obscuro, esse relacionamento financeiro entre Banco Central e Tesouro Nacional em determinadas circunstâncias pode até contribuir para encarecer o giro da dívida pública.

Em resumo, a Conta Única é alimentada por meio de mecanismos complexos e opacos do relacionamento financeiro entre Banco Central e Tesouro Nacional, com destaque de financiamentos indiretos do primeiro ao segundo. Além de obscuro, esse relacionamento financeiro, em determinadas circunstâncias, pode até contribuir para encarecer o giro da dívida pública. Nessa linha de raciocínio, registram-se sugestões de simplificar as relações Banco Central–Tesouro Nacional tornando-as lineares e transparentes[3], ou seja, admitindo-se legal e constitucionalmente o financiamento do Banco Central ao Tesouro. A iluminação pública dos volumes do crédito estendido pelo primeiro ao segundo funcionaria, talvez, melhor do que qualquer autonomia formal.

III. Autonomia de facto ou autonomia de jure?

A experiência brasileira dos últimos 20 anos mostra que a política monetária vem funcionando satisfatoriamente sob o regime de metas para a inflação, não obstante o quadro confuso das relações do estado brasileiro com seu banco emissor. Isto parece sugerir que o arranjo atual de autonomia de facto do Banco Central assegura grau adequado de independência das decisões operacionais da autoridade monetária.

Cabe sublinhar que esta autonomia de facto consolidou-se por força de tradição, vigilância do mercado e da mídia, reforçada por uma percepção, que já permeia a opinião pública, relativa à importância do equilíbrio macroeconômico. Tem a vantagem da flexibilidade, evitando o imobilismo diante de necessidades genuínas de substituição de dirigentes do Banco Central. Substituições extemporâneas de Diretores da Autarquia seriam punidas por quebras de credibilidade de consequências negativas para o governo incumbente.

Há, entretanto, crença generalizada de que a introdução da autonomia de jure traria reforço da confiança. Os ativos provavelmente reagiriam imediata e euforicamente uma vez ela aprovada. Mas será que na substância a política monetária melhoraria devido a essa mudança institucional?

A autonomia de *jure* do Banco Central poderia até ser entendida como avanço na direção de maior solidez da política macroeconômica, mesmo que não produzisse efeitos mais evidentes além de valorizações imediatas de ativos. O problema é que a rigidez que a autonomia formal da autoridade monetária introduz na política monetária tem o condão de fazer com que ela possa não ser simplesmente inócua, mas eventualmente prejudicial. Pode ter efeito colateral adverso.

A autonomia do Banco Central tem a vantagem da flexibilidade, evitando o imobilismo diante de necessidades genuínas de substituição de seus dirigentes.

[3] *Ver André Lara Resende, op.cit..*

A rigidez que a autonomia formal da autoridade monetária introduz na política monetária faz com que ela possa ser eventualmente prejudicial.

Em caso de conflito entre a autoridade monetária e o Presidente da República, o pressuposto da autonomia formal é de que, por hipótese, o Banco Central tem sempre razão. Entretanto, essa premissa não é verdadeira. Além disso, o Presidente da República detém a legitimidade do voto popular. Claro que o Presidente do Banco também tem a legitimidade atestada pela aprovação no plenário do Senado, mas, sem dúvida, é mais fraca que a do Presidente da República. O problema é que autonomia formal coloca obstáculos políticos à demissão de Presidentes do Banco Central que realmente precisariam ser exonerados.

Os parágrafos acima sintetizam a substância da decisão sobre consagrar ou não a autonomia do Banco Central. A opção seria entre **mais flexibilidade**, ainda que com risco de uma autoridade monetária menos firme **-> não à autonomia formal *(de jure)***; versus **mais rigidez**, que implica uma autoridade monetária possivelmente inflexível aos desígnios do soberano, porém com risco de engessamento de cursos de ação tecnicistas sem visão mais ampla do cenário político-econômico **-> sim à autonomia formal**.

IV. Concepções de autonomias formais.

Tem sido consenso na literatura econômica que a boa governança de um Banco Central deve prever que a instituição tenha a sua atuação pautada por autonomia, transparência e um grau adequado de responsabilização. O termo autonomia, porém, dado o grau de abrangência e amplitude que traz, tem sido às vezes utilizado de forma indevida. A literatura apresenta quatro conceitos de autonomia, sendo o último um não conceito:

i) **De objetivo**, em que o banco central tem a prerrogativa de escolher, ao longo do tempo, qual objetivo primário a ser perseguido, dentre vários objetivos potencialmente conflitantes. O exemplo claro é o do banco central americano, que tem como objetivos maximizar o emprego, preços estáveis e moderadas taxas de juros de longo prazo. O Federal Reserve Bank (FED) é quem define o que significam e decide como lidar com as contradições de curto prazo entre eles.

ii) **De meta**, em que o banco central tem apenas um objetivo, definido em lei, e cabe a ele definir a meta operacional a ser perseguida. É o caso do Banco Central Europeu, cujo estatuto estabelece o objetivo primário de estabilidade de preços. Cabe ao BCE interpretar o que significa estabilidade de preços e definir a meta operacional que deve ser buscada. A Colômbia se aproximaria desse modelo.

iii) **Operacional**, onde o governo define o objetivo primário e a meta de política monetária, ouvido o Banco Central. Nesse caso o banco central detém autonomia operacional para implementar a política monetária. O exemplo seria a Nova Zelândia;

iv) **Limitada ou sem autonomia**, onde o banco central é uma agência do governo, que define os objetivos, as metas e executa a política monetária, tudo sob as diretrizes e orientações do Gabinete de Governo. O exemplo seria a Noruega.

O termo autonomia tem sido às vezes utilizado de forma indevida.

O Banco Central do Brasil se enquadraria hoje, com sua autonomia informal, no conceito de autonomia operacional. O objetivo único e, aliás, implícito no decreto 3.088, de 21/6/1999, é estabilidade do nível geral de preços. O mesmo decreto interpreta o objetivo ao definir a meta, qual seja a taxa de inflação medida por índice de preços de ampla divulgação, e no § 2º delega ao Banco Central competência para perseguir as políticas necessárias ao cumprimento da meta.

O Banco Central do Brasil se estrutura como uma organização hierarquizada e estruturada em forma de pirâmide, irreconciliável com um sistema de rodízio de Diretores nomeados por diferentes Chefes de Governo.

V. Consequências administrativas da autonomia de jure.

As propostas de concessão de autonomia ao Banco Central, ao dispor os mandatos de forma não coincidente, exigiriam uma reestruturação administrativa da Autarquia. Isto porque, na configuração atual, os diretores são indicados, sabatinados e designados por área de atuação, enquanto a configuração compatível com os mandatos fixos é a de objetivo.

O arranjo atual é incompatível com o conceito puro de Diretoria Colegiada, pois cada Diretor é de fato uma espécie de chefe de cada uma das grandes áreas de atuação do Banco Central – estudos e política macroeconômica, política monetária, supervisão do sistema financeiro e assuntos internacionais. Além dessas quatro grandes áreas há ainda a Diretoria de Administração e a de Relacionamento Institucional e de Cidadania. São de fato Diretores Executivos. Trata-se de uma organização hierarquizada e estruturada em forma de pirâmide. Irreconciliável com um sistema de rodízio de Diretores nomeados por diferentes Chefes de Governo.

Uma solução para essa questão seria um arranjo administrativo equivalente ou assemelhado ao utilizado em outras agências reguladoras e em Organismos Financeiros Internacionais. Consistiria na criação de um conjunto de Superintendências Executivas subordinadas à Diretoria Colegiada, que absorveriam as competências de natureza operacional e administrativa das atuais Diretorias. A Diretoria Colegiada poderia retomar sua configuração original da Lei 4.595/64, de três Diretores e um Presidente, com mandatos fixos e demissíveis somente mediante fundamentação e com anuência do Senado, que também sabatinaria os indicados para a Diretoria, o que já faz hoje em dia. Esses seriam os membros do COPOM. Os Superintendentes seriam de nomeação direta do Presidente da República por indicação do Presidente do Banco Central, ouvida a Diretoria Colegiada.

Referências e indicações para a leitura

- BLINDER, Alan S. Central Banking in Theory and Practice, MIT Press, London, England, 2008.
- FARIA, Fernando A. e STREIT, Rosalvo E. "Governança em bancos centrais: um estudo comparativo das práticas de governança dos bancos centrais do Brasil, Canadá e Inglaterra". Rev. Adm. Publica, Vol. 50, nº 5, Rio de Janeiro: sept/oct/2016.
- FRANCO, Gustavo H. B. A Moeda e a Lei: uma história monetária brasileira (1933-2013), 1ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- LYBEK, Tonny and MORRIS, Joanne. "Central Bank Governance: A Survey of Boards and Management". IMF Working Papers, WP/04/226, dec/2004.
- STELLA, Peter and LÖNNBERG, Ake. "Issues in Central Finance and Independence" IMF Working Papers, WP/08/37, feb/2008.

AFINAL, O GOVERNO TEM RESTRIÇÃO FINANCEIRA?[1]

Por Fernando de Aquino Fonseca Neto [2]

Muito interessante o debate provocado pelo economista André Lara Resende em uma série de artigos publicados no Valor Econômico nos últimos meses, com réplicas de outros economistas. Apesar da dificuldade de identificar um tema principal, pode-se assumir que seria a restrição financeira do governo. O autor se esforça em ser claro, apesar de o assunto demandar conhecimentos pouco acessíveis aos não iniciados, mas se detém em conceitos e relações bem gerais, sem explorar satisfatoriamente os desdobramentos específicos da situação brasileira corrente. Por certo, ele não tem obrigação de realizar tal exploração, podendo manter sua contribuição em termos mais abstratos e gerais. Não obstante, nos parece útil trazer suas provocações para melhorar o entendimento de nossos desafios macroeconômicos atuais.

O autor argumenta que, com sistema financeiro suficientemente desenvolvido, o governo, através do Banco Central, controla a taxa de juros, ao invés da quantidade de moeda em circulação, para procurar manter a demanda agregada nos níveis que desejar. Caso esses níveis sejam muito altos, a economia funcionará com desemprego excessivo. Sendo muito baixos, com pressões inflacionárias. A ideia tradicional, de que o Banco Central deveria controlar os meios de pagamento, não mais funciona nessas economias.

[1] Publicado no Jornal GGN, em 27/05/2019.

[2] FERNANDO DE AQUINO FONSECA NETO
Doutor em Economia pela UnB, Analista do Banco Central e Conselheiro do Cofecon.

O governo, através do Banco Central, controla a taxa de juros, ao invés da quantidade de moeda em circulação.

O avanço da tecnologia da informação e comunicação (TIC) facilitou de tal maneira os pagamentos, com cartões de crédito e débito, parcelamentos nos cartões, operações de crédito on line, em qualquer momento e local, que tornou sem sentido qualquer pretensão de controle desses meios em toda a economia. Lara Resende vai além, argumentando que a chamada "Teoria Quantitativa da Moeda", segundo a qual a taxa de crescimento do estoque de moeda em circulação será igual à taxa de crescimento da produção mais a do nível de preços, nunca funcionou adequadamente em qualquer economia.

Ao menos em economias com certo desenvolvimento do sistema financeiro, inclusive de utilização da TIC, governo e Banco Central não conseguem restringir meios de pagamento. O dispêndio privado seria determinado pela renda, riqueza e preferências, estas últimas condicionadas por fatores como confiança, expectativas e incentivos. Nesse contexto atua a política econômica, que, no curto prazo, apenas pode ter a pretensão de ajustar o dispêndio, público e privado, à capacidade produtiva da economia, a qual precisa de prazos mais longos para se alterar.

Como resultante da política fiscal – receitas e despesas públicas – e da política monetária – ritmo de capitalização determinado pelos níveis de taxas de juros – a dívida do governo vai se acumulando, podendo crescer mais que o valor da produção, em determinados períodos. A sua parcela em títulos tem alta liquidez e pode sofrer a concorrência de outros títulos, privados ou externos. No caso do Brasil, as evidências são de que as taxas de juros são mantidas acima de qualquer concorrência, pela necessidade de controle da inflação em uma economia com a inércia inflacionária, ainda hoje, possivelmente, a maior do mundo.

Como resultante da política fiscal, a dívida do governo vai se acumulando, podendo crescer mais que o valor da produção.

Quanto menor a diferença entre as taxas de capitalização da dívida pública e as taxas de crescimento econômico, menor a contribuição dos juros para o crescimento da dívida em relação ao PIB e maior o espaço para a elevação dos gastos públicos primários. Adicionalmente, esses gastos podem ser em investimentos públicos e/ou estimularem os investimentos privados, contribuindo para elevar o PIB, que aumentaria a receita tributária, ambos melhorando o indicador Dívida Pública/PIB. Em tais circunstâncias, o argumento de Lara Resende, de que não existe restrição financeira para um governo que se endivida em sua própria moeda, ganha mais força.

O avanço da tecnologia da informação e comunicação facilitou de tal maneira os pagamentos que tornou sem sentido qualquer controle desses meios.

No Brasil, as taxas de juros são mantidas acima de qualquer concorrência pela necessidade de controle da inflação em uma economia com inércia inflacionária.

Com base nesses argumentos, seria muito fácil aumentar o ritmo de crescimento da economia brasileira na conjuntura atual. Simplesmente se elevaria os gastos públicos o necessário para retornar ao pleno emprego e estimular suficiente elevação do investimento privado. Contudo, a percepção de risco de carregamento se elevaria muito com um persistente aumento da dívida pública em relação ao PIB, levando à crescente redução dos seus prazos de vencimento e expansão da parcela em operações compromissadas overnight. Assim, seriam geradas condições propícias a uma fuga massiva de capitais, com desvalorizações cambiais e perdas excessivas de reservas internacionais, trazendo efeitos potencialmente desastrosos sobre a inflação e o emprego.

Importa avaliar a fonte e a natureza desses riscos de carregamento. Possivelmente, Lara Resende diria que se trata de profecias autorrealizáveis. Com efeito, não fora tais profecias, a taxas de juros não muito acima das taxas de crescimento econômico e déficits públicos nos limites requeridos pelo pleno emprego, o endividamento público com a própria moeda se manteria longe de estourar, como uma bolha, ainda que pudesse se elevar bastante em relação ao PIB.

O temor dos agentes econômicos deve vir da falsa analogia com os casos em que o endividamento não é com a própria moeda, quando a possibilidade de insolvência é bem concreta, se a disponibilidade de divisas estiver comprometida. Seria o que ocorre com a Argentina, mais uma vez, e ocorreu com a Grécia, há alguns anos. O Brasil ainda é uma economia muito fechada, que não demanda tanto financiamento externo. A "Crise da Dívida Externa", que tivemos no final do século passado, decorreu da estratégia de enfrentar os aumentos dos preços do petróleo contraindo empréstimos externos sem reduzir o consumo daquela commodity. Num momento seguinte, o choque de taxas de juros internacionais nos jogou de uma vez naquela crise.

O Brasil ainda é uma economia muito fechada, que não demanda tanto financiamento externo.

Ao lado desse temor infundado, grande parcela das ordens de compra e venda de ativos financeiros, em escala mundial, são disparadas por robôs, a partir de parâmetros como dívida pública e avaliação das agências de rating, sem entrar em detalhes sobre as especificidades de cada país, como a necessidade de disponibilidade de divisas. É importante que ideias como essas de Lara Resende circulem entre os agentes econômicos, embora não se saiba em que medida elas possam contribuir para desconstruir restrições mantidas por profecias autorrealizáveis.

ENCONTRO DE FUNCIONÁRIOS DEFINE ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Por Manoel Castanho e Natália Kenupp

Com o objetivo de incentivar boas práticas no Sistema Cofecon/Corecons, o Conselho Federal de Economia retomou, nos dias 10 e 11 de maio de 2019, a prática de realização do Encontro de Funcionários. Ao todo, 63 profissionais de quase todos os estados brasileiros prestigiaram a programação. O evento ocorreu em Brasília, no Hotel Carlton.

Durante a cerimônia de abertura, o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, destacou a importância do evento como espaço de troca de experiências, mas também falou sobre a importância dos conselhos de fiscalização profissional. "Embora ainda não percebamos no dia a dia, eles se tornaram ainda mais importantes, por causa dos ataques às representações dos trabalhadores. Os sindicatos estão fragilizados. Não há mais quem possa defender os interesses e direitos dos trabalhadores. O que sobrou, como representação dos profissionais? Os Conselhos. E não se iludam: nossa existência está em risco", apontou o presidente.

"Os sindicatos estão fragilizados e a própria existência dos conselhos profissionais também está em risco". - Wellington Leonardo da Silva, presidente do Cofecon.

Wellington também falou sobre o que considera três contradições sobre o que acontece no Brasil hoje. A primeira delas refere-se à produtividade: "Vocês já devem ter ouvido falar que um dos desafios do Brasil é a produtividade. Agora vejam o contrassenso: o governo reduz em 30% os recursos para a formação de nível superior em universidades públicas, técnicas e de outros níveis. Como se aumenta a produtividade no mundo inteiro? Com conhecimento, acesso à informação, melhoria da formação da capacidade laboral de cada um dos habitantes", opinou.

A segunda contradição é o teto dos gastos. O presidente questionou como se pode falar em desenvolvimento de um país que congela os investimentos públicos por 20 anos. "Quando um economista que trabalha para uma prefeitura, ou para o governo do estado, corta 20, 30, 45% dos investimentos em saneamento, ele está matando gente. Mais pessoas vão adoecer por falta de acesso a saneamento básico".

A terceira contradição é a carteira verde e amarela – um processo que definiu como "*uberização* do trabalho". Segundo Wellington, "no regime da carteira verde amarela você não tem direito a férias, FGTS, não tem direito a coisa nenhuma. Quando os jovens chegarem em busca do primeiro emprego, algum chefe de departamento de pessoal dirá para ele: ou é carteira verde e amarela, ou a vaga não será sua. Precisamos estar atentos, porque estas questões afetam as nossas vidas".

O vice-presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, também participou do evento e falou aos funcionários na cerimônia de abertura. Ao abordar o momento econômico e político vivido pelo Brasil, afirmou que este "nos exige, além da atuação na nossa função precípua, um posicionamento claro em defesa do estado democrático de direito, da liberdade de expressão, da liberdade de cátedra e da defesa do ensino".

3 contradições desafiam o futuro do Brasil:

1. Redução de recursos para a formação em todos os níveis compromete a produtividade.
2. Congelamento dos investimentos públicos por 20 anos reduz significativamente a possibilidade do desenvolvimento brasileiro.
3. Nova relação entre empresas e funcionários não garante direitos aos cidadãos e precariza ainda mais a relação trabalho x capital.

"O momento econômico e político vivido pelo Brasil exige um posicionamento claro do Conselho e seus representantes". - Antonio Corrêa de Lacerda, vice-presidente do Cofecon.

Lacerda falou sobre duas linhas de ação, uma de ordem tática/operacional e outra estratégica: "temos que aumentar nossa produtividade, melhorar a qualidade das nossas atividades do dia a dia, a questão financeira e operacional, e temos que ter uma visão estratégica de possíveis mudanças que poderão ocorrer, entre elas a desregulamentação. Pode ocorrer ainda neste ano, pode ocorrer nos próximos ou pode não ocorrer, porque estamos fazendo um trabalho junto ao Congresso Nacional para evitar esta pressão. Podemos trabalhar para fazer aquilo que já fazemos de maneira mais interessante e permanente, e nos prepararmos para possíveis tempos adversos".

Programação

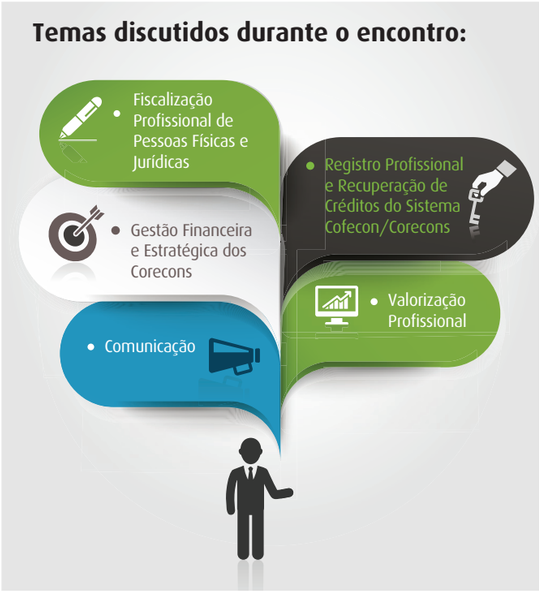
No primeiro dia do evento, no período da manhã, a sala 1 foi palco do painel Gestão Financeira e Estratégica dos Corecons, o qual teve dois subtemas: Fluxo de Caixa, orçamento, indicadores, prestação de contas e processos licitatórios, apresentado pelo secretário de Finanças do Corecon-RJ, Guilherme Tinoco, e pelo gerente-executivo do Corecon-DF, Daniel Passos Soares; e Orientações da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon, com a presidente da Comissão, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, e o conselheiro federal Nei Jorge Correia Cardim.

À tarde, a sala 1 recebeu o painel sobre Registro Profissional e Recuperação de Créditos do Sistema Cofecon/Corecons, apresentado pela gerente do Corecon-GO, Maria Paula Oliveira; pelo gerente-executivo do Corecon-PR, Amarildo de Souza Santos; e pelo procurador-chefe do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves.

No segundo dia de evento, a conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral apresentou o painel Valorização Profissional, na sala 1. Em seguida, o conselheiro federal Waldir Pereira Gomes e os funcionários do Cofecon Natália Kenupp e Júlio Poloni discutiram o tema Comunicação.

Na segunda sala, o tema tratado durante os dois dias de evento foi Fiscalização Profissional de Pessoas Físicas e Jurídicas, e teve como expositores o presidente do Cofecon; a secretária de fiscalização do Corecon-RJ, Mônica Assunção Silva; e o fiscal do Corecon-RS, Antonio Pedro Hickmann.

Além das discussões nas salas, o Encontro de Funcionários proporcionou duas palestras aos participantes: "Como Organizar a sua Vida Financeira", com o conselheiro federal Lauro Chaves Neto; e "Inteligência Emocional", com o funcionário do Cofecon Danyel Willian. Os temas foram apresentados no primeiro dia do evento, na Sala



Teatro. O encontro também contou com ginástica laboral, para demonstrar como é importante melhorar a saúde e evitar lesões dos funcionários por esforço repetitivo e algumas doenças ocupacionais. Williams Ramos da Silva ficou responsável pelas atividades.

Durante a cerimônia de encerramento, os relatores das discussões realizadas em duas salas, uma delas com foco em fiscalização profissional e a outra centrada em gestão, apresentaram os destaques das discussões realizadas durante o encontro. Todas as apresentações realizadas durante o evento serão enviadas aos Corecons por e-mail.

Maria Paula Oliveira, gerente do Conselho Regional de Economia de Goiás (Corecon-GO), relatou sobre o grupo de registro profissional e a recuperação de créditos do Sistema Cofecon/Corecons. Uma das questões apresentadas foi a realização de um novo Programa Nacional de Recuperação de Créditos – Recred. Sobre o assunto, o presidente do Cofecon disse que alguns Corecons não cumpriram com as obrigações do programa em vigor, que compreende o envio de relatórios dos resultados alcançados a partir da adesão ao programa.

"Qualquer nova discussão sobre o assunto depende da chegada dessas informações. Está nas mãos dos Conselhos Regionais a possibilidade de discutirmos um novo Recred, desde que enviem as informações previstas em resolução", disse Wellington Leonardo em relação à demanda apresentada.

O grupo de funcionários que se dedicou a discutir as principais questões referentes à fiscalização profissional foi representado por Mônica Assunção Silva. Em razão de sua ausência no momento de apresentação dos grupos, foi substituída pela fiscal do Conselho Regional de Economia da Paraíba (Corecon-PB), Walquíria Cybelle Fernandes, que leu uma carta direcionada. Segundo Walquíria, a principal demanda trata da unificação da fiscalização no Sistema Cofecon/Corecons. "Percebemos que as demandas são muito parecidas, ainda que os Corecons tenham realidades muito diferentes. Apesar das diferenças, os pontos comuns podem ser discutidos nas plenárias regionais. Além disso, a carta pode ser um método para outros encontros, em que cada Corecon tenha a chance de apresentar dificuldades e juntos possamos nos unir para tornamos o Sistema mais forte", disse.

Em seguida, o presidente Wellington Leonardo informou que neste ano o Cofecon publicará um manual de fiscalização para ser distribuído a todos os Corecons, com diversos modelos de documentos que podem servir como exemplo, e que "é preciso entender que o Cofecon não fiscaliza os economistas. Por meio desse manual, todo Corecon terá instrumental que possibilite uma fiscalização eficaz".

"A interação entre os funcionários é fundamental na busca pela realização de um trabalho cada vez melhor". - Antonio Corrêa de Lacerda, vice-presidente do Cofecon.

O vice-presidente Antonio Corrêa de Lacerda realizou o encerramento destacando que "foram dois dias de discussões muito interessantes, em que tivemos a oportunidade de conhecer e rever colegas e trocar experiências. É importante que a integração não fique restrita ao contato pessoal, que os funcionários mantenham essa troca via internet na busca pela realização de um trabalho cada vez melhor. Estamos diante de grandes desafios e grandes mudanças que podem ocorrer, e a única maneira de conseguirmos a sustentabilidade é trabalharmos cada vez melhor, com uma equipe motivada e comprometida".

XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA
ESTUDANTES E PROFISSIONAIS SE PREPARAM PARA ENCONTRO EM FLORIANÓPOLIS

Por Natália Kenupp

Com a missão de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista, o Conselho Federal de Economia realiza, tradicionalmente a cada dois anos, o Congresso Brasileiro de Economia. A 23ª edição é organizada em parceria com o Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC). O evento ocorrerá de 16 a 18 de outubro de 2019 na capital Florianópolis. São esperados cerca de 1.500 congressistas, entre economistas, estudantes de Economia, palestrantes com relevância nacional e internacional, autoridades governamentais, além de representantes dos principais segmentos das Ciências Econômicas e da sociedade em geral.

XXIII CBE

De 16 a 18/10
Florianópolis/SC
"Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico"
Valores promocionais para inscrições até 16/08
Garanta seu lugar!

O evento é uma oportunidade para reunir profissionais de todo o País para discutirem conjuntura econômica e seus reflexos no Brasil e no mundo. O tema escolhido é "Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico", com desdobramentos em quatro blocos: Políticas Macroeconômicas, Desenvolvimento, Políticas Públicas, Relações e Inserção Internacional. Durante o evento, haverá uma intensa programação de palestras e workshops sobre cada um dos temas tratados nos blocos, com variações de assuntos que sejam pertinentes à discussão central. Os participantes do Congresso também poderão desfrutar de uma programação cultural, premiações e homenagens. Outra tradição do Congresso Brasileiro de Economia é a apresentação de trabalhos científicos. Os congressistas selecionados apresentarão artigos completos e resumos para e-pôsteres durante o evento, seguindo os quatro temas centrais.

O Congresso terá uma intensa programação de palestras e workshops, programação cultural, premiações e homenagens.

"A realização dos Congressos é extremamente importante porque durante esses eventos conseguimos debater, discutir e dar oportunidade para a exposição de visões sobre política econômica que se diferenciam do status quo e que não são encontradas na grande mídia nem nos principais canais de televisão", explica o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva. Para o economista, os debates promovidos no CBE dão voz a pessoas que pensam economia de uma maneira diferente do senso comum. "Discutimos política econômica como ciência social e os rumos do País a partir de uma perspectiva de desenvolvimento e que tenha a ver com a felicidade das pessoas e com qualidade de vida", destacou Wellington Leonardo da Silva.

Os debates promovidos no CBE dão voz a pessoas que pensam economia de uma maneira diferente do senso comum.

Programação

O evento terá início às 19h do dia 16 de outubro, com a participação de autoridades na mesa de abertura e, em seguida, a entrega de premiações, como o Prêmio Brasil de Economia, Prêmio Personalidade Econômica e os Destaques Econômicos nas categorias Desempenho Técnico, Mídia e Academia. À exceção do Prêmio

Brasil de Economia, cujos vencedores são eleitos por comissão avaliadora todos os anos, os vencedores dos demais prêmios foram eleitos pelo plenário do Cofecon na última edição do Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado na cidade de Porto Velho, em Rondônia, de 19 a 21 de setembro de 2018.

A grande homenageada da noite será a economista Tânia Bacelar de Araújo, escolhida como Personalidade Econômica do Ano 2018. Referência no Brasil, a pernambucana possui Diploma de Estudos Aprofundados – D.E.A. e Doutorado em Economia Pública, Planejamento e Organização do Espaço pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne. Foi Diretora da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Secretária de Planejamento e de Fazenda do Estado de Pernambuco, Secretária de Planejamento do Município do Recife e Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. Desenvolveu trabalhos de consultoria e pesquisa para diversas instituições internacionais e nacionais, entre as quais se destacam: IICA, PNUD, BID, OIT, IPEA. Foi Professora do Departamento de Economia da UFPE, da UNICAP e de cursos de pós-graduação na UFMA e no NAEA-UFPA. Foi Presidente do Corecon-PE e Conselheira do Cofecon. É Professora da Pós-graduação em Geografia da UFPE e Sócia da Consultoria Econômica e Planejamento (CEPLAN).

17 de outubro

Os debates começam no dia 17, quinta-feira, com discussões sobre assuntos relacionados aos quatro blocos estabelecidos para o evento. No Bloco I, referente a Políticas Macroeconômicas, haverá uma mesa sobre Política Fiscal e Tributária, tendo como palestrantes Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos, Roberto Bras Matos Macedo e Bernard Appy, além de Luiz Carlos Jorge Hauly. Ainda no primeiro bloco, será abordado o tema Política Monetária e Financiamento, por Roberto Padovani.

O Bloco II, que trata de Desenvolvimento, tratará dos temas Papel do Estado, Regulação e Privatização, com palestras de Gesner de Oliveira e Luiz Carlos Delorme Prado; e Economia Regional no Contexto da Economia Nacional, com palestras de Jandir Ferreira Lima, Leonardo Alonso Rodrigues e Martinho Roberto Lazzari, tendo como moderador Hoyedo Nunes Lins.

Políticas Públicas é o foco do Bloco III, que terá palestra de Denise Lobato Gentil sobre Previdência e Política Social, além da mesa de debate sobre Mercado de Trabalho, com Márcio Pochmann e Paulo de Martino Jannuzzi.

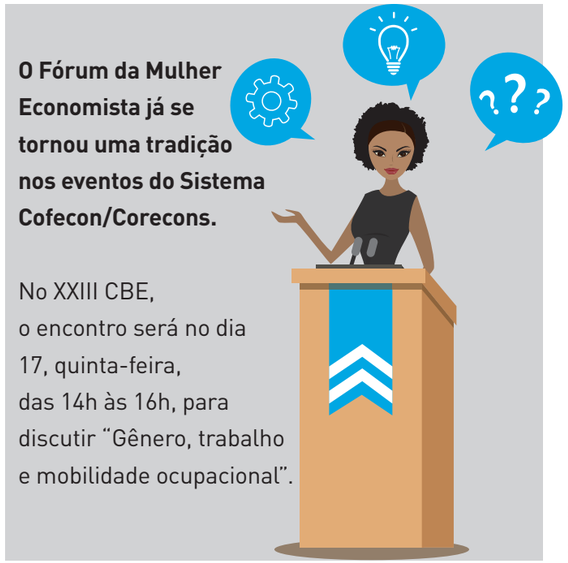
Já o Bloco IV tratará de Relações e Inserção Internacional, com mesa de debates sobre Globalização 2.0 e Relações Internacionais, tendo como palestrantes Paulo Nogueira Batista Júnior, Adhemar Bahadian e Reinaldo Gonçalves; e palestra sobre Abertura Comercial e Inserção Internacional, com Dércio Garcia Munhoz.

A economista Tânia Bacelar foi escolhida Personalidade Econômica 2018 e será homenageada durante o evento.

A programação do dia conta ainda com o Fórum da Mulher Economista, das 14h às 16h, que tratará de questões relacionadas a gênero, trabalho e mobilidade ocupacional, e palestra magna das 18h30 às 20h, com palestrante a definir.

18 de outubro

No segundo dia de debates, o Bloco I contará com palestra de Eliane Cristina de Araújo Sbardellati sobre Política Cambial e Setor Externo.



Já no Bloco II haverá discussões sobre Economia do Crime; Cooperativas e Economia Compartilhada, com palestras de Ivan Roberto de Borba e Luiz Alberto de Souza Aranha Machado; e Energia e Sustentabilidade.

Já o terceiro bloco contará com palestra do economista alemão Dominik Hartmann sobre Distribuição de Renda, Desigualdade Social e Diminuição de Pobreza; e sobre Ecossistemas de Inovação Fintech.

Por fim, o quarto bloco contará com mesa de debates sobre Financeirização, com apresentações de Antônio Corrêa de Lacerda, Leda Maria Paulani e Miguel Antônio Pinho Bruno; e sobre Criptomoedas, com exposições de Otto Nogami e Luiz Roberto Calado.

Na avaliação do presidente do Corecon-SC, Paulo Roberto Polli Lobo, a data do evento é apropriada para discutir as estratégias adotadas pelo novo governo com foco na retomada do crescimento do Brasil. "Acredito que as discussões serão muito interessantes, principalmente considerando que o novo governo terá completado 10 meses de gestão. A ideia é que possamos discutir se as medidas adotadas têm contribuído para o crescimento do Brasil, para a geração de empregos e para os investimentos em nosso País", observou o presidente do Corecon-SC.

A data do evento é apropriada para discutir as estratégias adotadas pelo novo governo com foco na retomada do crescimento do Brasil.

Outro destaque na programação do XXIII CBE é a realização da etapa final da IX Gincana Nacional de Economia, projeto coordenado pela Comissão de Educação do Cofecon. Duplas de estudantes de Economia de todo o País participarão da competição virtual na qual se deparam com um problema econômico e devem solucioná-lo usando conhecimento, estratégia e um pouco de sorte. A entrega da premiação aos vencedores ocorrerá no encerramento do Congresso e os campeões recebem: 1º lugar – R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para cada estudante, totalizando R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) para a dupla; 2º lugar – R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para cada estudante, no total de R$ 2.400 (dois mil e quatrocentos reais) para a dupla; e 3º lugar – R$ 600,00 (seiscentos reais) para cada estudante, totalizando R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para a dupla.

Inscrições XXIII CBE

As inscrições estão abertas e têm valores promocionais até o dia 16 de agosto. Até essa data, o investimento é de R$ 320 para economistas; R$ 160 para estudantes de Economia; R$ 420 para outros profissionais e R$ 220 para outros estudantes. É importante destacar que, para ter acesso ao desconto estudantil, é necessário apresentar comprovante da universidade.

SISTEMA COFECON/CORECONS SE APROXIMA DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO

Por Júlio Poloni

Zelando pelo futuro da profissão de economista no Brasil, o Sistema Cofecon/Corecons tem construído pontes para se conectar com os estudantes de ensino médio em todo o País. Nos últimos anos, esta tem sido uma das principais diretrizes de trabalho empreendidas pela gestão do Sistema.

"A aproximação do Sistema Cofecon/Corecons com os estudantes de nível médio é fundamental para que os jovens tenham conhecimento do que é a profissão do economista, de que este profissional trata, de qual é a importância da Economia enquanto ciência social para a construção de modelos de sociedade mais justos, mais democráticos, em que as pessoas sejam mais felizes e tenham melhor qualidade de vida. Os estudantes do ensino médio estão na fase de decidir a carreira que seguirão. O nosso papel enquanto Sistema é explicar para eles, adequada e detalhadamente, o que um economista pode fazer para que tenhamos uma sociedade mais digna e justa", destaca o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Wellington Leonardo da Silva.

Para se aproximar dos estudantes de ensino médio, o Sistema Cofecon/Corecons tem desenvolvido nos últimos anos diversos projetos educativos. Em âmbito nacional, o Desafio Quero Ser Economista é uma iniciativa que reúne anualmente centenas de estudantes em um jogo online que tem o intuito de proporcionar um divertido e adequado primeiro contato dos jovens com a área da Economia.

A aproximação com os estudantes é fundamental para que os jovens tenham conhecimento do que é a profissão do economista e de sua importância para que tenhamos uma sociedade mais digna e justapresidente do Cofecon.

"O Desafio cumpre o papel de ensinar de forma didática e dinâmica conceitos básicos da Economia. O jogo apresenta as mais diversas áreas de atuação de um economista. Estamos muito otimistas, pois os milhares de estudantes que participaram das últimas edições do Desafio Quero Ser Economista têm agora o curso de Ciências Econômicas como opção real para o nível superior. Confiamos na essência e na qualidade do projeto e sabemos que ainda há grande potencial de crescimento", destacou Denise Kassama, coordenadora da Comissão de Educação do Cofecon.

Além de proporcionar uma oportunidade de aprendizado aos alunos, o Desafio mobilizou diversos Corecons no esforço de visitar escolas de ensino médio

Em âmbito regional, destacam-se iniciativas como concursos de redação, como o empreendido tradicionalmente pelo Corecon-PR, e palestras em escolas, que têm sido realizadas cada vez em maior número e qualidade. O Desafio Quero Ser Economista, além de proporcionar uma oportunidade de aprendizado aos alunos, mobilizou diversos Corecons no esforço de visitar escolas de ensino médio para divulgar o jogo e, paralelamente, realizar eventos interativos com os jovens estudantes.

O "Corecon-ES nas Escolas" é mais um exemplo de projeto de sucesso que visa aproximar estudantes de nível médio do Sistema. O evento acontece desde 2016 e já passou por diversas cidades de norte a sul do estado e dezenas de escolas públicas e privadas, contemplando mais de mil estudantes capixabas. Nas visitas, o Corecon-ES realiza palestras para informar os estudantes secundaristas sobre noções básicas de Economia, planejamento financeiro e conhecimentos relevantes sobre o curso superior de Ciências Econômicas.

O projeto foi iniciado na gestão de Eduardo Reis Araújo, mas desde o início foi coordenado pelo economista Ricardo Paixão, hoje presidente do Corecon-ES. "Tenho recebido feedbacks positivos dos alunos e de professores. Costumo encontrar estudantes de Ciências Econômicas nos corredores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que disseram ter optado pelo curso após assistirem a minha palestra. Fico muito feliz por alcançarmos esses resultados", destaca Ricardo Paixão.

O presidente do Corecon-ES informou que a partir de 2018 intensificaram a divulgação do Desafio Quero Ser Economista nas apresentações e conquistaram um bom número de participantes do estado na competição: 376. Já em 2019, 632 estudantes capixabas se inscreveram, o maior número por estado. "Estamos muito felizes pela participação dos alunos e pela mobilização. O segredo passa pelo trabalho que temos feito junto aos diretores, pedagogos e professores, apresentando um projeto escrito, explicando a importância de falarmos sobre economia e contemplando ações de educação financeira para os jovens, que é um tema transversal, e isso abre as portas para nós", recomendou.

Desde 2016 o projeto "Corecon-ES nas Escolas" aproxima estudantes de nível médio do Sistema Cofecon/Corecons. Mais de mil estudantes capixabas já foram contemplados.

DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA TEVE RECORDE DE PARTICIPAÇÃO

Por Júlio Poloni

Em 2019, o Desafio Quero Ser Economista chegou a sua quarta edição e teve número recorde de participantes inscritos: 1200 estudantes, de 25 estados mais o Distrito Federal. A competição ocorreu entre os dias 13 de maio e 13 de junho.

Ao longo de três semanas, os participantes responderam a desafios diários divididos em três categorias: os enigmas, que valiam 50 pontos; os vídeos interativos, que valiam 100 pontos; e as missões, que valiam 200 pontos. Nessa etapa, os estudantes responderam a questões relacionadas a temas como crescimento e desenvolvimento econômico, desigualdade social, economia comportamental, economia política, entre outros.

A última missão do jogo consistia em produzir um vídeo falando sobre algum tema relacionado à Economia. A Comissão Avaliadora do Desafio Quero Ser Economista 2019 teve a tarefa de julgar a qualidade dos vídeos de acordo com os seguintes critérios: clareza da exposição, coerência de ideias, precisão do conteúdo, relevância do tema, criatividade e originalidade.

1200 estudantes, de 25 estados mais o Distrito Federal, participaram da última edição do Desafio Quero Ser Economista.

Por meio do Desafio Quero Ser Economista, os jovens aprendem de uma forma divertida e dinâmica a importância e a essência do estudo da Economia e do papel do economista na sociedade. O jogo é, também, uma forma de desmistificar a área e quebrar alguns tabus que existem em relação ao trabalho do economista, como aquela imagem de um profissional de terno exclusivamente centrado em cálculos e com a única meta de buscar a maximização de lucros.

A competição deixa claro ao longo de suas etapas que um economista pode atuar em diversas vertentes, tanto no setor público - auxiliando o planejamento de política públicas eficientes - como no privado – potencializando negócios - ou ainda em organizações do terceiro setor - traçando estratégias para viabilizar projetos sociais - mas sempre sendo um agente transformador de realidades.

O jogo é, também, uma forma de desmistificar a área e quebrar alguns tabus que existem em relação ao trabalho do economista.

A estudante paulista Giulia Santos, de Mongaguá-SP, foi a grande campeã do Desafio 2019. Atualmente, ela cursa o terceiro ano do ensino médio. Em 2017, quando estava no primeiro ano, ela já havia conquistado a terceira colocação no Desafio. Esta, portanto, é a segunda vez que Giulia sobe ao pódio, mas agora ela se junta ao pernambucano Jarde Rodrigues, à também paulista

"Aprendi que a Economia está presente desde as coisas simples do dia-a-dia até os cenários mais complexos da nossa política". - Giulia Santos, de Mongaguá-SP, campeã do Desafio 2019.

Lídice França e ao catarinense Pedro Kurth na galeria de campeões do Desafio Quero Ser Economista.

"Participar do Desafio foi uma experiência incrível! Foram semanas de muito aprendizado, os desafios ajudaram a aprimorar os meus conhecimentos e me despertaram o desejo de querer conhecer precisamente o mundo da Economia. O jogo mudou totalmente a minha concepção sobre o que realmente é ser um economista. Eu percebi que esse ofício vai muito além do que eu imaginava e se trata de uma função muito importante para a nossa sociedade. Aprendi que a Economia está presente desde as coisas simples do dia-a-dia até os cenários mais complexos da nossa política. Percebi que todos nós lidamos com ela em diversas situações e muitas vezes sequer nos damos conta. Estou muito feliz e grata por essa oportunidade de aprender sobre essa área fascinante e por agora ser uma das campeãs de uma competição tão abrangente", relata a campeã Giulia Santos.

As meninas se sobressaíram no Desafio 2019. Além de Giulia Santos, vencedora desta edição, completam o pódio mais duas meninas: Isadora Perim, de Governador Valadares-MG, e Júlia Castanho, de Praia Grande-SP. Ao que indica o resultado do Desafio 2019, a baixa participação feminina na área da Economia tende a se tornar um problema do passado. Essa problemática, a propósito, foi tema do vídeo da 4ª colocada na competição, a sergipana e futura economista Anna Costa. O baiano Pedro Figueiredo, em 5º, foi o mais bem colocado entre os meninos.

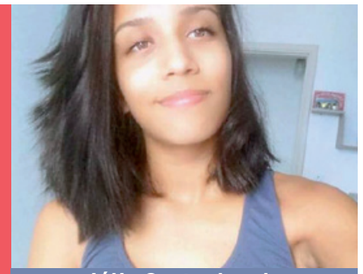
"Essa edição do Desafio Quero ser Economista foi a melhor que já realizamos. Houve uma participação expressiva dos Corecons durante todo o processo, o Sistema todo entendeu a importância de se trabalhar com o público do ensino médio. A integração entre representantes dos Corecons e do Cofecon foi um fator chave para o sucesso do projeto, que atingiu um número muito significativo de participantes inscritos e foi concluído sem qualquer percalço, imprevisto ou reclamações de quaisquer partes e naturezas", ressaltou Denise Kassama.

O Desafio 2019 atingiu um número muito significativo de participantes inscritos e foi concluído sem qualquer percalço.

O jogo acontece anualmente em uma plataforma exclusiva do Desafio Quero Ser Economista e tem o apoio das páginas Quero ser economista, no Facebook, e @queroseconomista_, no Instagram. Após a competição, as redes sociais seguem ativas, compartilhando informações sobre Economia, notícias pertinentes à área, dicas de estudo, conhecimentos gerais e todo tipo de conteúdo que possa agregar valor à compreensão da Economia. Ao todo, os perfis Quero ser economista possuem mais de 10 mil seguidores.

Isadora Perim, de Governador Valadares-MG
2º lugar

As meninas se sobressaíram no Desafio 2019 indicando que a baixa participação feminina na área da Economia tende a se tornar um problema do passado.



Júlia Castanho, de Praia Grande-SP
3º lugar

FENECO

A FENECO CRESCE

Anderson Avelino Oliveira Sousa
1º Diretor de Comunicação – FENECO
UFPE – CAA

A Federação Nacional dos Estudantes de Economia (FENECO) tem como premissa buscar a integração dos cursos de Ciências Econômicas do País, por isso visa a participação de todos os estudantes no mais importante evento da instituição. O Encontro Nacional de Estudantes de Economia, ENECO, ocorrerá este ano em Ilhéus, no litoral sul da Bahia, um evento que conta com a representação de grande parte dos estados do País, e que leva integração e conhecimento aos graduandos.

Chegando à 45ª edição, o encontro tem sido palco de muitas lutas democráticas desde sua homologação e, no ano passado, destaca-se a carta de Brasília, um texto elaborado por diversos participantes do evento supracitado. A carta, que elencava os desafios da economia brasileira para o novo chefe do Executivo, promoveu debates e incitou a reflexão diante de um momento tão delicado para nossa democracia. Também na edição de 2018 foi promovida uma maior efetividade da integração dos estudantes, como a ampliação dos métodos de comunicação mais adaptados aos avanços tecnológicos.

A FENECO cresce e com isso ganham todos os cursos de graduação do País, através de instrumentos que possibilitem o movimento estudantil e a promoção de perspectivas no campo de interesse econômico, visando, assim, fomentar a divulgação de trabalhos acadêmicos de graduandos e graduandas em Economia. Diante dessa perspectiva, evidencia-se, também, o lançamento da revista da FENECO, propiciando, uma maior conexão entre as universidades, sejam elas públicas ou privadas.

A expectativa para o ENECO - Ilhéus, que ocorrerá de 14 a 20 de julho deste ano, é a realização de importantes palestras e debates sobre temas que vão desde política nacional a sistemas atuais de informação, com a presença de nomes de destaque, como um dos candidatos à Presidência da República em 2018, Ciro Gomes.

A gestão 2018-2019 deseja que os estudantes de Economia do nosso país vivam tempos áureos, um futuro mais integrado e compactuado com a inovação tecnológica presente em todos os campos. Almejamos para a próxima gestão a continuidade deste processo, levando à produção de novos documentos que vislumbrem a atuação e a representatividade dos graduandos em Economia do Brasil.

45ª ENECO

De 14 a 20/07
Ilhéus/BA
www.enecoilheus.com

Resenha

ECONOMIA BRASILEIRA: CRISE E ESTAGNAÇÃO

Lauro Chaves Neto
Conselheiro Federal de Economia
PHD em Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial pela Universidade de Barcelona

O Livro Economia Brasileira: Crise e Estagnação, cuja primeira edição aconteceu em julho de 2018, organizado pela professora de História Econômica do Departamento de Economia da PUC-SP Maria Aparecida de Paula Rago, compõe-se de nove capítulos, de diferentes autores, sobre temas centrais em que as economias brasileira e internacional dialogam com a geopolítica, a história e a ciência política.

Há citações de Winston Churchill e Harry Truman que explicitam a pluralidade de idéias que permeiam a ciência econômica. Segundo o primeiro, se colocássemos dois economistas em uma sala e lhes pedíssemos sugestões sobre determinado assunto, teríamos, pelo menos, duas opiniões diferentes. Se um deles fosse o Keynes, teríamos, no mínimo, três opiniões diversas. Já o segundo implorava por um economista que tivesse apenas uma mão, pois "All my Economists say, on the one hand ... on the other hand".

A lógica plural dessas citações reforça a importância da necessidade da constante atualização e leitura de conteúdos referentes às diversas correntes sobre o diagnóstico e as alternativas diante de diferentes questões econômicas. Além disso, o livro aborda temas palpitantes, confrontam escolas econômicas e convidam o leitor a tirar as suas próprias conclusões.

Deve-se ressaltar a clareza com que a obra aborda o debate entre ortodoxos e heterodoxos no Brasil, tanto no diagnóstico das causas da crise, como no papel da política econômica, e aponta caminhos a seguir para superar os principais flagelos que atormentam o país (estagnação, desemprego, crise fiscal etc.). Em relação ao campo ortodoxo, identifica, principalmente, as Escolas Neoclássica e de Expectativas Racionais, enquanto os heterodoxos representariam as perspectivas keynesiana e marxista.

A obra aborda o debate entre ortodoxos e heterodoxos no Brasil e aponta caminhos para superar flagelos que atormentam o país.

Entre 2014 e 2016, o Brasil passou por uma das maiores crises econômicas vividas desde o início do processo de industrialização nas décadas de 30 e 40. Enquanto os ortodoxos apontam como a causa primeira da crise a substituição de Pallocci por Mantega no comando da economia, ainda em 2006, com a sua política mais ativista e, em seguida, com a chamada nova matriz econômica; os heterodoxos apontam como origem da crise, justamente, o excesso de conservadorismo de Pallocci, os cortes exagerados de despesas públicas, efetuados por Dilma ainda em 2011, e a inapropriada timidez na defesa de um maior ativismo estatal.

O conflito entre as escolas se aprofunda nas proposições para superar a crise econômica. Aprofundar o ajuste fiscal iniciado por Dilma e perseguido por Temer é, para os ortodoxos, a condição necessária para a retomada do crescimento econômico sustentável, com a melhoria no ambiente de negócios e a elevação dos investimentos privados. Sendo necessário, para isso, um conjunto de reformas (Previdenciária, Tributária, Desburocratização, privatizações, etc.) e um menor ativismo estatal; no contraponto, para os heterodoxos, em um cenário de elevado desemprego de mão de obra e baixa utilização do estoque de capital, existe a possibilidade de retomada da expansão econômica com o aumento da despesa pública, principalmente quando forem destinadas às camadas mais pobres, nas quais a propensão marginal a consumir é maior. Simultaneamente, haveria uma maior tributação sobre as grandes riquezas, lucros e dividendos, tornando a arrecadação progressiva.

O livro reflete, ainda, sobre as causas das falhas nos modelos econômicos atuais, fazendo uma abordagem histórica desde Adam Smith, explicando que o comportamento individualista e egoísta dos agentes promove o bem comum, o seu aperfeiçoamento pelos utilitaristas Say/Senior/Betham e pelos marginalistas Menger/Jevons/Walras, quando os fundamentos do pensamento neoclássico passaram a simplificar excessivamente a realidade, matematizando comportamentos complexos por natureza. Friedman propõe uma divisão metodológica da economia em uma parte positiva e outra normativa. Por outro lado, há uma retomada do método dialético de Marx e Hegel tentando explicar as complexidades do mundo real.

O comportamento individualista e egoísta dos agentes promove o bem comum.

Keynes tenta explicar a dinâmica da economia com base em três elementos chaves (propensão marginal a consumir, eficiência marginal do capital e preferência pela liquidez), afirmando que a administração dos fatores que determinam o emprego e a renda na economia é complexa, pois esses três fatores não são determinados de forma automática ou objetiva/matemática e, muito menos, existe uma correlação direta entre eles.

Outros assuntos como o desenvolvimento industrial focado na indústria 4.0, tanto na sua evolução como nos seus impactos na economia brasileira; as políticas econômicas brasileiras de 2003 a 2017; os desajustes e as disfuncionalidades da macroeconomia brasileira; uma reflexão conceitual e crítica sobre o Neoliberalismo de Estado completam as temáticas abordadas.

O leitor deve ter percebido que a leitura e o debate sobre o livro são fundamentais para consolidar os elementos analíticos sobre a conjuntura econômica brasileira, suas causas e perspectivas, assim como esta obra deve servir de estímulo para novas publicações que auxiliem a compreensão dos fenômenos econômicos e os seus impactos na sociedade.

Economia Brasileira: crise e estagnação
Capa Comum – 2018
por Maria Aparecida de Paula Rago (Autor)
Editora: Intermeios (2018)
Formato: 16x23 cm - Paginas: 180

A leitura e o debate sobre o livro são fundamentais para consolidar os elementos analíticos sobre a conjuntura econômica brasileira, suas causas e perspectivas.

XXXIV CONGRESSO DA ANGE

No período de 2 a 4 de outubro de 2019, a ANGE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás, a Universidade Federal de Goiás – UFG, a Universidade Estadual de Goiás - UEG e o Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, realizará o seu XXXIV Congresso na cidade de Goiânia, com o tema "Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Desafios para os cursos de economia".

Pretende-se realizar discussões sobre os temas fundamentais da formação dos economistas e apreciações da economia contemporânea. Esse Congresso terá por objetivo promover o debate com coordenadores de cursos, docentes, profissionais, estudantes e demais interessados na formação dos economistas. Apresentamos a programação resumida do XXXIV Congresso da ANGE e contamos com a presença de todos aqueles interessados no ensino de economia no Brasil.

XXXIV Congresso da ANGE

De 2 a 4/10
Goiânia/GO
"Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Desafios para os cursos de economia"
Participe!

QUA (02/10)

HORÁRIO	ATIVIDADE
08h00 - 20h00	Recepção e Credenciamento
09h30 - 12h00	Minicurso 1 Métodos quantitativos no ensino de economia
15h00 - 17h30	Minicurso 2 Perspectivas para o mercado de trabalho para os economistas
17h30 - 18h00	Coffee-Break
19h00 - 20h00	Mesa de Abertura – Autoridades
20h00 - 22h00	Palestra de abertura: O que está acontecendo com o nosso país?

QUI (03/10)

HORÁRIO	ATIVIDADE
09h00 - 10h30	Sessão de Discussão 1 Alternativas metodológicas para o ensino de economia
10h45 - 12h15	Sessão de Conteúdo 1: O lugar do desenvolvimento econômico no ensino de economia
15h00 - 16h30	Sessão de Conteúdo 2: Bases conceituais da ortodoxia e heterodoxia no ensino de macroeconomia
16h45 - 18h30	Sessão de Discussão 2 A Escola Austríaca na formação do economista
18h30 – 19h00	Coffee-Break
19h00 - 21h30	Sessão Especial: Propostas para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro
21h30 - 22h00	Coquetel

SEX (04/10)

HORÁRIO	ATIVIDADE
09h00 - 10h30	Apresentação de trabalhos e de experiências exitosas no ensino de economia
10h30 - 12h30	Sessão de Professores e Coordenadores
10h30 - 12h30	Sessão FENECO - Acadêmicos de economia
15h00 - 17h00	Assembleia Geral da ANGE
17h00 - 17h30	Coffee-Break
18h00 - 20h00	Encerramento da ANGE Abrindo as comemorações do centenário de Celso Furtado (1920-2004)

XXV PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA
A PREMIAÇÃO QUE RECONHECE O SEU VALOR

CATEGORIAS
LIVROS
ARTIGOS CIENTÍFICOS
TESES DE DOUTORADO
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO
MONOGRAFIAS DE GRADUAÇÃO

INSCRIÇÕES
DE 11/03 A 1/08/19 EM PBE.COFECON.GOV.BR

/cofeconeconomia
@Cofecon
COFECON
WWW.COFECON.GOV.BR

CBE2019

XXIII Congresso Brasileiro de Economia

Alternativas para a retomada do Desenvolvimento Econômico

16 a 18 de outubro/2019

CentroSul - Florianópolis/SC

Trabalhos Científicos

Palestras com temas atuais

Gincana Nacional de Economia

INSCRIÇÕES ABERTAS!

Mais informações no site **www.cbe2019.com.br**

PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

CORECON SC
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

CO-REALIZAÇÃO

SINDECON SC
Sindicato dos Economistas no Estado de Santa Catarina

LOCAL DO EVENTO

CentroSul
CENTRO DE CONVENÇÕES DE FLORIANÓPOLIS

AGÊNCIA DE TURISMO OFICIAL

AÇORIANA TURISMO

ORGANIZAÇÃO

attitude promo
marketing e eventos
Cadastur - 24.042006.80.0001-0